



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINHA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



FRANCISCO DAS CHAGAS JOB

**O PODER DAS ÁGUAS: A BACIA DO RIO DO PEIXE E A
FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**

CAJAZEIRAS-PB

2024

FRANCISCO DAS CHAGAS JOB

**O PODER DAS ÁGUAS: A BACIA DO RIO DO PEIXE E A
FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB ATÉ OS DIAS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Dr^a Silvana Vieira de Sousa

CAJAZEIRAS-PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

| | |
|-------------|---|
| J624p | <p>Job, Francisco das Chagas. O poder das águas: a Bacia do Rio do Peixe e a formação do município de Sousa - PB / Francisco das Chagas Job. – Cajazeiras, 2024. 56f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. História local - Sousa - Município - Paraíba. 2. História social. 3. Formação municipal - Sousa - Paraíba. 4. Bacia Rio do Peixe. 5. Conquista territorial. 6. Meio ambiente. 7. Historiografia. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Título.</p> |
| UFCG/CFP/BS | CDU – 94(813.3) |

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

FRANCISCO DAS CHAGAS JOB

**O PODER DAS ÁGUAS: A BACIA DO RIO DO PEIXE E A
FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB ATÉ OS DIAS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Licenciatura em História
do Centro de Formação de Professores (CFP) da
Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG) como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em História.

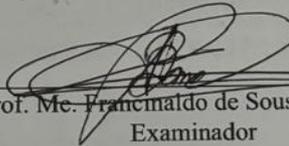
Conceito: 10,0

Aprovado em: 30/09/2024

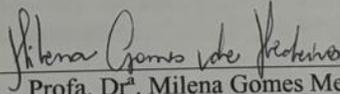
BANCA EXAMINADORA



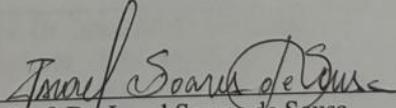
Prof. Dr.ª, Silvana Vieira de Sousa
Orientadora



Prof. Me. Francinaldo de Sousa Bandeira
Examinador



Prof. Dr.ª, Milena Gomes Medeiros
Examinadora



Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
Examinador

CAJAZEIRAS-PB

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Pai Celestial que nos proporciona o dom da vida, que nos guia e ilumina através da luz divina do Salvador Jesus Cristo e seu sacrifício expiatório que nos redime dos pecados e nos oportuniza a conquista dos nossos objetivos;

A minha esposa Elizângela Maria Cruz, pelo incondicional apoio, pelo carinho, pelo amor, pela paciência, pela força, por acreditar nos meus ideais, pela parceria, companheirismo e cumplicidade, com quem tenho dividido bons momentos ao longo de todos os anos de nossa convivência matrimonial;

A minha amada filha Ana Beatriz Job Cruz que tem encantado e iluminado todos os dias da minha vida. És mais do que uma filha, é uma parceira, uma luz divina que torna todos os meus dias sempre melhores, uma razão maior para me fazer acordar a cada novo dia; que mim faz querer perseverar e que me enche de orgulho e me traz alegria;

A minha orientadora, a professora Dra. Silvana Vieira de Sousa pelas orientações dadas, por compartilhar os seus conhecimentos sempre pacientemente e por possibilitar a construção desse trabalho acadêmico;

A todos os que, direta e indiretamente, fizeram parte desta minha história, dessa minha jornada acadêmica, compartilhando saberes, colaborando e me apoiando sempre que os busquei para algo.

"Os rios não bebem sua própria água; as árvores não comem seus próprios frutos. O sol não brilha para si mesmo; e as flores não espalham sua fragrância para si. Viver para os outros é uma regra da natureza. (...)A vida é boa quando você está feliz; mas a vida é muito melhor quando os outros estão felizes por sua causa"". Papa Francisco"

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-------------------|---|----|
| Figura 1. | Localização geográfica do município de Sousa-PB..... | 29 |
| Figura 2. | Localização da Bacia Sedimentar do Rio do Peixe no Estado da Paraíba..... | 30 |
| Figura 3. | Mapa da localização da Bacia do Rio do Peixe..... | 32 |
| Figura 4. | Mapa Bacia de Sousa (vias de circulação e pontos de amostragem)..... | 33 |
| Figura 5. | Rio do Peixe – Sousa-PB..... | 35 |
| Figura 6. | Passagem das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB..... | 36 |
| Figura 7. | Passagem das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB..... | 36 |
| Figura 8. | Passagem das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB..... | 37 |
| Figura 9. | O lixo encontrado no curso das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB..... | 37 |
| Figura 10. | O lixo encontrado no curso das águas do Rio do Peixe – Sousa..... | 38 |
| Figura 11. | Casas construídas às margens do Rio do Peixe – Sousa-PB..... | 39 |
| Figura 12. | Bairros alagados devido as fortes chuvas no ano de 2008– Sousa-PB..... | 40 |
| Figura 13. | Desmatamentos no entorno do Rio do Peixe – Sousa-PB..... | 41 |
| Figura 14. | Indústria de laticínio ISIS próxima ao Rio do Peixe- Sousa –PB..... | 41 |
| Figura 15. | Rio do Peixe aterrado. Estrada que vai do bairro Lagoa dos Padres para o Loteamento Nova Sousa..... | 42 |
| Figura 16. | Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado..... | 43 |
| Figura 17. | Estrada construída sobre o rio que foi canalizado..... | 43 |
| Figura 18. | Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado..... | 43 |
| Figura 19. | Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado..... | 44 |
| Figura 20. | Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado..... | 44 |
| Figura 21. | Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado..... | 44 |
| Figura 22. | Estrada que foi construída sobre e os canais abaixo da estrada para o escoamento da água..... | 45 |
| Figura 23. | Estrada e passagem molhada que foi construída sobre o rio..... | 45 |

RESUMO

Os rios trazem em sua história uma relevante importância para o processo de surgimento de muitas das cidades, as quais, às suas margens cresceram e se desenvolveram. Contudo, o passar do tempo, muitos destes mananciais que deram “vida” aonde só existia o ‘vazio’, foram sendo negados, degenerados, marginalizados indiscriminadamente, sem nada que justifique tamanho descaso, fazendo com que suas identidades e as memórias e legados deixados pelo tempo de outrora fosse completamente apagadas. Neste estudo o objetivo geral discorre em torno de analisar a importância do Rio do Peixe na formação no município de Sousa-PB. Nosso questionamento è se o mesmo apresenta alguma importância nos dias atuais, exercendo algum papel fundamental para a cidade e seus munícipes. Já os objetivos específicos consistem em identificar os aspectos historiográficos da bacia do Rio do Peixe e suas transformações ao longo dos tempos; descrever a influência do Rio do Peixe para os aspectos sociais, culturais e econômicos do município de Sousa-PB no período da fundação do município e nos últimos dez anos (2012 a 2022) e, por fim, identificar a situação atual da bacia do Rio do Peixe, mais precisamente a parte que compreende o município de Sousa-PB. Assim sendo, para se alcançar os objetivos propostos, necessário foi uma reconstrução historiográfica partindo desde o período de colonização do território brasileiro, chegando ao território paraibano e, mais especificamente, ao território sousense, onde foi possível constatar que muitas foram as lutas travadas entre colonizadores e povos nativos, culminando com um número alto de extermínio de muitos nativos e, após esse trajeto, delineou-se a importância dos rios nesse processo de povoamento e formação da cidade. Ao final, conclui-se que o Rio do Peixe teve um papel preponderante na formação do município de Sousa-PB, mas que ao longo do tempo, esse rio foi sendo marginalizado e hoje, vive restringido, assoreado, aterrado, ilegível diante de todo o seu legado. Para tanto elegemos como referenciais os estudos de: Augusto Ferraz (2011), Regina Célia Gonçalves (2007), Córdoba, Saraiva (2017), N da G, Raposa (2017), Peter Burke (1992), Le Goff (2010), dentre outros.

Palavras-Chaves: Cidade História Social, História local, Sousa PB, Bacia do Rio do Peixe. Meio Ambiente.

ABSTRACT

Rivers in their history have a relevant importance for the process of emergence of many cities, which, on their banks, grew and developed. However, over time, many of these sources that gave "life" where only 'emptiness' existed, were being denied, degenerated, indiscriminately marginalized, with nothing to justify such neglect, causing their identities and the memories and legacies left behind. For the time of yore and civilizations were completely erased. In this study, the general objective revolves around analyzing the importance of Rio do Peixe in the formation of the municipality of Sousa-PB and whether it, today, has still played a fundamental role for the city and its residents. The specific objectives consist of identifying the historiographical aspects of the Rio do Peixe basin and its transformations over time; describe the influence of the Rio do Peixe on the social, cultural and economic aspects of the municipality of Sousa-PB in the period of the municipality's founding and in the last ten years (2012 to 2022) and, finally, identify the current situation of the river basin of fish, more precisely the part that comprises the municipality of Sousa-PB. Therefore, to achieve the proposed objectives, a historiographical reconstruction was necessary starting from the period of colonization of Brazilian territory, reaching the territory of Paraíba and, more specifically, the territory of Sousaense, where it was possible to verify that there were many struggles fought between colonizers and native peoples, culminating in a high number of extermination of many indigenous people and, after this journey, the importance of rivers in this process of settlement and formation of the city was outlined. In the end, it is concluded that the Rio do Peixe had a preponderant role in the formation of the municipality of Sousa-PB, but that over time, this river was marginalized and today, it lives restricted, silted up, filled with land, illegible in front of everyone. your legacy.

Keywords: Rio do Peixe. City. Relevance. Degradation. Without memory

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1 | CAPÍTULO 1 – MARCO INTRODUTÓRIO..... | 09 |
| 2 | CAPÍTULO 2 - EM SOUSA PB NÃO FOI DIFERENTE:CONFLITOS E EXTERMÍNIOS COMO MARCAS HISTÓRICAS DA CONQUISTA DO TERRITÓRIO PARAIBANO..... | 14 |
| 2.1 | OS NATIVOS APRESENTAM RESISTÊNCIA À CONQUISTA DO TERRITÓRIO..... | 17 |
| 2.2 | O DOMÍNIO E CATIVEIRO DOS COLONIZADORES SOBRE OS NATIVOS.. | 19 |
| 2.1.1 | Exploração e violência da mão de obra nativa: sob o domínio dos colonizadores | 23 |
| 3 | CAPITULO 3 - TERRAS E ÁGUAS COMO LUGARES DE PODER E DE DISPUTAS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA BACIA DO RIO DO PEIXE NA FORMAÇÃO DA CIDADE DE SOUSA-PB E SUA TRAJETORIA ATÉ OS DIAS ATUAIS..... | 28 |
| 3.1 | ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE SOUSA-PB..... | 28 |
| 3.2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA BACIA RIO DO PEIXE..... | 31 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 50 |
| | REFERÊNCIAS..... | 52 |

CAPÍTULO 1: MARCO INTRODUTÓRIO

Muitas cidades no Brasil tiveram seu início em regiões costeiras; como os colonizadores em sua maioria adentravam o país através dos rios, diversas cidades foram erguidas em torno das proximidades de água. A colonização de exploração impôs o mar como condição de transporte das mercadorias e afins, mas a proximidades com águas doces era um imperativo. O território dá origem ao município de Sousa-PB é um exemplo de cidade que teve seu advento nas proximidades de um rio, ou mais especificamente, da Bacia do Rio do Peixe.

A bacia hidrográfica do município de Sousa, no alto sertão paraibano encontra-se localizada no extremo oeste do Estado da Paraíba e constitui juntamente com outras duas bacias sedimentares - as bacias do Brejo das Freitas/Triunfo/Uiraúna e Pombal - as bacias do Rio do Peixe, sendo, dentre as três, a de maior abrangência a do município de Sousa. Esta bacia é uma dentre diversas outras bacias que são encontradas no interior do nordeste, e cujo marco de destaque volta-se para os registros fósseis de pegadas de dinossauros os quais foram encontrados na formação do referido município.

No entanto, não é objeto do presente estudo fazer alusão aos fósseis encontrados no município de Sousa PB, mas sim, discorrer acerca da bacia do Rio do Peixe e sua importância no desenvolvimento socioeconômico e cultural da cidade de Sousa-PB. Portanto, a abordagem apresenta como temática o Contexto histórico da bacia do Rio do Peixe e sua importância na formação do município de Sousa-PB e nos dias atuais. Sousa é um município brasileiro localizado no interior do estado da Paraíba, as margens do Rio do Peixe, distante 432 quilômetros a oeste de João Pessoa, capital do Estado. Pertence à Região Geográfica Intermediária de Sousa-Cajazeiras e à Região Geográfica Imediata de Sousa.

Muitas cidades, assim como Sousa PB, acabaram surgindo e obtendo crescimento às margens de rios. No entanto, ao passar do tempo, muitos destes acabam caindo no esquecimento, se tornando obsoletos, desgastados, poluídos, conseqüentemente, negados, marginalizados e discriminados sem critérios, concorrendo assim para que a sua identidade, sua história, suas memórias sejam canceladas, além de causar fortes impactos ambientais.

Estes fatores de cunho negativo são decorrentes das ações humanas que de alguma maneira buscam dominar, conter, restringir os rios através de um processo de urbanização, que na maior parte, ocorre desordenadamente, sem um planejamento vital, bem como pelo uso insustentável dos recursos hídricos, pelo assoreamento e aterramento das suas margens e, com isso, os rios acabam sendo deixados de lado, com uso supérfluos das suas águas ou até mesmo

o seu total desuso devido a fatores que tornam as suas águas inviáveis ao uso que outrora tinham como serventia.

Não se pode deixar de enaltecer os rios em face do seu viés impulsionador e imperativo na formação e do desenvolvimento socioeconômico e cultural das urbes, especialmente nas regiões interioranas do nordeste brasileiro, aonde, a princípio sua principal propulsão econômica se dá pela exploração agropecuária e consumo humano - antes da explosão industrial e comercial, mercantil e tecnológicas nesse cenário globalizado que incorpora culturas e modelos econômicos para além do plantio, do cultivo, da criação bovina e outras -, dando importância para o reconhecimento das pluralidades destes rios e da sua preservação, ainda que os seus fins tenham mudados ao longo dos tempos.

Desta feita, torna-se salutar questionar acerca das relações históricas, culturais e humanas da bacia do Rio do Peixe para com o período da formação do município de Sousa-PB e da atualidade. Portanto se faz importante compreender a formação do referido município, a dispersão do rio, ou seja, os fatores que o tornaram obsoleto e o rio no cenário atual. Neste sentido, a questão norteadora do presente estudo é: **Como a Bacia do Rio do Peixe contribuiu para a formação do município de Sousa e como está sendo sua utilização no cenário atual?**

Como acontece em muitas cidades, especialmente interioranas, onde sua formação se dá à margem de um rio, ao longo do tempo acaba tendo a sua identidade esquecida em razão de outros requisitos fomentadores do chamado desenvolvimento econômico e, mais ainda, na atualidade, em face dos avanços técnicos-científicos-informacionais que culminam com outras práticas de crescimento das urbes, às vezes substituindo os velhos modelos ou simplesmente se tornando mais utilizados dos que os de outrora.

E, quando estes rios deixam de ser os principais mecanismos de sustentabilidade e meio de sobrevivência, acabam em desuso ou pouco utilizados, fazendo assim com que estes, sejam aos poucos, deixados de lado, sem receber os devidos cuidados de preservação e conservação, e, conseqüentemente, perdendo o seu contexto identitário, recebendo em seus leitos amontoados de lixos de toda espécie e natureza, podendo destacar esgotos, lixo tóxico, lixos urbanos, dentre outros. E é neste contexto que o presente estudo apresenta como justificativa o fato da bacia do Rio do Peixe, do município de Sousa-PB, ser um exemplo dessa perda identitária, haja vista que o mesmo já teve sua relevância para o município.

O elo rios e cidades em geral trata de uma relação de reciprocidade e complementação, um alimentando o outro. Logo, muitas cidades tendem a se originarem a partir dos Rios, como é o caso da cidade de Sousa-PB, que teve sua origem a partir da Bacia do Rio do Peixe, que por sua vez, possibilita a fertilidade da terra tornando-a viável o cultivo e o plantio. Assim, manter

atividades agricultáveis e pecuaristas manterá a memória do rio acesa e evita sua marginalização.

Mesmo diante dos avanços técnico-científico-informacional ao longo dos tempos, os quais se tornaram importantes meios de desenvolvimento das cidades através das atividades industriais e comerciais muitas cidades que tiveram origens a partir da exploração de rios, acabaram deixando-os esquecidos e marginalizados. Quando os rios perdem a sua essência, acaba provocando o seu assoreamento, aterramento, reduzindo sua vazão ou ainda poluindo suas águas e, conseqüentemente, deixando de ser utilizada para determinados fins.

A degradação ambiental dos recursos hídricos acaba se inflamando com o crescimento urbano, ou seja, as edificações que, muitas das vezes, acabam tendo os seus esgotos, os lixos domésticos e industriais lançados nos leitos dos rios tornando-os marginalizados. É salutar que as políticas ambientais possam ser implementadas e cumpridas a risca, a fim de poder promover a conservação e preservação dos rios através da conscientização da população para a sua importância, não para uso pessoal e econômico, mas para manter viva a sua memória, a sua importância e até mesmo para o lazer.

Pelo exposto, visando responder ao questionamento proposto, foram traçados os seguintes objetivos: como objetivo geral analisar a importância do Rio do Peixe na formação do município de Sousa-PB e se o mesmo, nos dias atuais, ainda tem exercido algum papel fundamental para a cidade e seus munícipes. Já os objetivos específicos consistem em identificar os aspectos historiográficos da bacia do rio do peixe e suas transformações ao longo dos tempos; descrever a influência do rio do peixe para os aspectos sociais, culturais e econômicos do município de Sousa-PB no período da fundação do município e nos últimos dez anos (2012 a 2022) e, por fim, identificar a situação atual da bacia do Rio do Peixe, mais precisamente a parte que compreende o município de Sousa-PB.

Visando atingir os objetivos propostos, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura, através das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Como fontes bibliográficas foram utilizados livros, artigos de periódicos, monografias, dissertações e teses. Já como fontes documentais, foram utilizados registros oficiais junto aos acervos públicos, fotos, imagens e outros que fazem menção aos processo histórico-cultural e social da cidade de Sousa-PB.

Quanto a abordagem do problema percebe-se que ele é qualitativo, uma vez que vislumbra discutir a luz da literatura a temática em estudo. O trabalho também é caracterizado por ser um estudo de caso. Gil (2012, p. 104) disserta que “na pesquisa descritiva os fatos são

observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles, permitindo a exposição de suas características, relações ou propriedades.”.

De acordo com Minayo (2017, p. 5),

[...] nas pesquisas qualitativas, as amostras não devem ser pensadas por quantidade e nem precisam ser sistemáticas. Mas a sua construção precisa envolver uma série de decisões não sobre quantos indivíduos serão ouvidos, mas sobre a abrangência dos atores sociais, da seleção dos participantes e das condições dessa seleção. Esses elementos precisam ficar claros na metodologia de investigação, pois eles interferem na qualidade da investigação.

Assim, o trabalho se configura como resultado de uma pesquisa descritiva, pois nela contém a descrição das informações a partir das experiências, nela buscando registrar os fatos observados durante o estágio supervisionado. Prodanov e Freitas (2013, p. 52) dizem que a pesquisa descritiva é:

[...] quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

Segundo Severino (2016, p.89), “a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

O estudo de caso é aquele que tem como função exaurir o máximo de informações e conhecimento de um ou alguns objetos. (GIL, 2012). A investigação é planejada e estruturada, adotando procedimentos metodológicos para aprofundar no tema determinado (SEVERINO, 2016). Para Yin (2015) o estudo de caso é composto de uma investigação empírica de determinado fenômeno real, sendo que para isto eles deverão estar bem definidos.

Desta feita, o trabalho está sistematizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo apresenta o marco introdutório, no qual encontram-se os pontos relevantes como a problemática do trabalho, a justificativa, os objetivos, metodologia, relevância e breve descrição das narrativas dos capítulos posteriores.

O segundo capítulo, intitulado de: Em Sousa-PB não foi diferente: conflitos e extermínios como marcas históricas da conquista do território paraibano. Este capítulo subdivide-se em dois tópicos: no primeiro, os nativos apresentam resistência à conquista do

território e, no segundo, o domínio e cativeiro dos colonizadores sobre os nativos, este último, ainda traz a exploração e violência da mão de obra nativa: sob o domínio dos colonizadores.

No capítulo terceiro, discorre-se acerca dos seguintes temas: terras e águas como lugares de poder e de disputas: uma reflexão acerca da bacia do Rio do Peixe na formação da cidade de Sousa-PB e sua trajetória até os dias atuais; aspectos históricos e caracterização da cidade de Sousa-PB e breve contextualização da bacia Rio do Peixe. Assim esse capítulo procurou trazer uma reflexão dos estudos acadêmico, sobre o contexto social da questão a partir de uma reflexão no que concerne a forma como os rios são tratados ao longo da história, sua degradação, assoreamento, aterramento, poluição, dentre outros aspectos que possibilitem a sociedade compreender a importância da conservação, preservação e manutenção, não só da memória histórica da bacia do Rio do Peixe em Sousa PB, mas também de outras bacias.

CAPÍTULO 2 - EM SOUSA PB NÃO FOI DIFERENTE: CONFLITOS E EXTERMÍNIOS COMO MARCAS HISTÓRICAS DA CONQUISTA DO TERRITÓRIO PARAIBANO

Esse capítulo abordar a ocupação territorial no Brasil e a consequência dos conflitos desde a colonização portuguesa no Brasil que pautou-se sobre alguns pontos cruciais, primordiais e prioritários para os colonizadores, quais sejam: o de civilizar, exterminar, explorar, povoar, conquistar e dominar. Estas características estão estritamente apoiadas nas relações de poder, que são exercidas por uma determinada civilização sobre outra(s), no caso em específico, dos portugueses exercendo domínio e conquista em relação a população indígena que aqui se encontravam. As expressões explorar e povoar compreendem ao processo de exploração e de povoamento do território dominado e conquistado (ALMEIDA, 2010).

A respeito de território, Milton Santos e Maria Laura Silveira, discorrem que:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura (sic), para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da econômica e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 26).

O processo de conquista de um território, na maioria das vezes, acontece por meio de conflitos entre as partes interessadas; raros são os momentos em que o consenso ocorre sem contendas. No caso específico deste capítulo, abordaremos. Os conflitos culminantes ao processo de conquista do território paraibano e conseqüentemente no território sertanejo que apresenta como marcos históricos os combates, os massacres e a dominação total, tendo de um lado os ‘donos da terra’, ou seja, os nativos e de outro, os colonizadores. Para recuperar parte desse processo de luta tomaremos como o referencial do estudo de Regina Célia Gonçalves.

No caso do território paraibano, Gonçalves (2007) descreve que:

À época da primeira expedição enviada pela Coroa portuguesa para a conquista do Paraíba, em 1574, a região já estava ocupada pelos Potiguaras, grupo Tupi que estendia seus domínios pela faixa litorânea do Nordeste, compreendida entre o Paraíba e o baixo Jaguaribe, no Ceará. Na verdade, a chegada dos portugueses, no início do século 16, surpreendeu os Tupi em pleno processo de ocupação dessa região, depois de muitas guerras, provavelmente seculares, contra os diferentes grupos que a habitavam originalmente.

Muitas guerras travadas no processo colonial colocaram os nativos frente as disputadas em defesa de duas terras. A caravana portuguesa foi meticulosa. O fator surpresa foi preponderante nessa conquista e, com isso, os Tupi que já enfrentavam contendias com outros grupos que originariamente habitavam as terras não esperavam ter que enfrentar uma guerra ainda mais complexa, uma vez que os colonizadores detinham maior poderio armado, além de contar com aliados que passaram a combater também os nativos da terra.

Cabe ressaltar que, concernente a exploração econômica da Corte Portuguesa ao Brasil não se deu de forma imediata, haja vista que, o maior interesse volta-se para a comercialização de especiarias nas Índias, além do que na costa brasileira inexistiam riquezas que pudessem ser exploradas com veemência e que se comparasse a exploração de ouro, encontrado nas colônias espanhola, pois este minério impulsionava uma nação a titularidade de poderosa à época e que ainda assim o é na contemporaneidade, só não como único minério preciso (ALMEIDA, 2010).

Desta feita, em razão da falta de interesse lusitano na exploração das terras brasileiras, a extração do pau-brasil era feita por piratas e corsário. Ressalte-se que, essa madeira muito encontrada no Brasil-colônia era bastante valiosa para extração de um pigmento utilizado no tingimento de tecidos no continente europeu. Os invasores e exploradores desse produto eram, em sua maioria, franceses que ao chegarem ao Brasil trataram de fazer boa amizade com os índios aos quais se aliaram, culminando assim com uma relação comercial satisfatória, conhecida como "escambo", aonde o trabalho indígena, ou seja, sua mão de obra era trocada por alguma manufatura sem valor, mas o que aparentemente foi tido como uma troca desigual pela historiografia tradicional, é para uma nova compreensão e vertente de estudos, uma relação de trocas pautadas em interesses diferentes, no caso do chamado escambo os nativos o praticaram com que melhor lhes interessava, sendo outro e não o português (GONÇALVES, 2007).

Neste contexto, a Coroa Portuguesa se preocupou com o crescente número do comércio por parte dos que chamavam invasores da colônia, e logo passou a promover expedições, de modo a evitar que o pau Brasil fosse contrabandeado. Porém, a chega dos expedicionários ao Brasil sempre encontrava resistência por parte dos franceses e dos seus aliados, os nativos. E, assim, com as expedições fracassadas, decide o Rei Português adotar o sistema de capitánias hereditárias, cujo objetivo primordial para o momento seria o povoamento e, assim a colônia foi dividida em 15 capitánias repassadas para o comando de doze donatários. Consoante Gonçalves (2007, p. 64)



Parte do território do que viria a ser a Capitania Real da Paraíba, especificamente a área situada entre o Rio Goiana, ao sul, e a Baía da Traição, ao norte, que correspondia a cerca de 23 léguas, foi desmembrada da Capitania de Itamaracá. Na época em que se processaram as primeiras expedições de conquista do Rio Paraíba, isto é, início dos anos setenta, essa faixa de terra, com exceção da região localizada às margens do Rio Goiana, permanecia praticamente despovoada pelos portugueses. Era, como vimos, terra dos Potiguara e porto dos franceses.

A Capitania de Itamaracá, cuja extensão territorial se dava a partir do rio Santa Cruz até a atual. Baía da Traição. A princípio a referida capitania teve como donatário Pedro Lopes de Sousa, mas que não foi possível assumir e, com isso, foi repassada ao administrador Francisco Braga, que devido a uma rivalidade com Duarte Coelho, deixou a capitania em falência, dando lugar a João Gonçalves, que realizou algumas benfeitorias na capitania como a fundação da Vila da Conceição e a construção de engenhos (CERTEAU, 2011).

Com o falecimento do donatário João Gonçalves, a capitania começa a passar por um processo de queda, razão pela qual ficou sob os cuidados de malfeitores que deram continuidade ao contrabando de madeira. No entanto, em face da tragédia de Tracunhaém¹, ocorrida no ano de 1534 o rei de Portugal desmembrou Itamaracá, dando formação à Capitania do Rio Paraíba. Existia uma grande preocupação por parte dos lusitanos em conquistar a capitania que atualmente é a Paraíba, pois havia a garantia do progresso da capitania pernambucana, a quebrada aliança entre Potiguaras e franceses, e ainda, estender sua colonização ao norte.

De acordo com Gonçalves (2007) fatores de ordem político-econômico e socioculturais foram determinantes para que o processo de colonização do interior do Brasil colonial só viesse a ser oficialmente encampado e efetivado pela administração portuguesa a partir do século XVII. Entretanto, verificam-se intenções em avançar a conquista em direção ao sertão manifestas em documentos que relatam a chegada dos portugueses às terras americanas, o que pode ser observado desde a Carta do Achamento de Pero Vaz de Caminha, em 1500, ou mesmo em outros documentos, a exemplo da Carta de Doação da capitania hereditária de Pernambuco a Duarte Coelho.

Os Tupis, habitantes do litoral, dividiam-se em Potiguaras e Tabajaras. Os Cariris, oriundos do São Francisco, foram catequizados e ficaram ao lado dos portugueses. Os Tarairiús uniram-se aos holandeses na guerra contra os portugueses. Eram considerados selvagens e

¹Tragédia de Tracunhaém: Esse episódio contado e recontado pela historiografia tradicional apresenta uma versão de que ocorrera devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar, no Engenho de Tracunhaém (Pe.). Após receber a comitiva constituída pela índia e seus irmãos, vindos de viagem, após resgatar a índia raptada, para pernoite em sua casa, um senhor de engenho, Diogo Dias, provavelmente escondeu-a, de modo que quando amanheceu o dia a moça havia desaparecido e seus irmãos voltaram para sua tribo sem a índia. Seu pai ainda apelou para as autoridades, enviando emissários a Pernambuco sem o menor sucesso.

foram desprezados. Falavam uma língua diferente do tupi e do cariri, aparentada com o grupo Jê (SILVEIRA, 2009).

De 1585 a 1634, com o domínio holandês, a produção canavieira havia se desorganizado. A partir de 1660, a criação de gado foi transferida para regiões mais distantes, permitindo, juntamente com a cultura do algodão, a ocupação de áreas interioranas. Construíam-se currais, campos cercados, ladeados de habitações rústicas — geralmente de pau-a-pique — e de pequenas capelas, ao redor dos quais se iniciavam novas povoações (MARQUES; MENDONÇA FILHO, 2018).

Dentre diversos fatores que foram fundamentais para a criação de vilas e cidades, pode-se destacar a peregrinação de comerciantes, que não se fixando em estabelecimentos comerciais fixos, partem para as localidades interioranas com fins de comercializar as mais diversas variedades de mercadorias (SILVEIRA, 2009). Estes eram conhecidos como tangerinos ou comboieiros que transportavam em bagageiros em tropas de burros seus produtos. E, desta peregrinação, surgem os primeiros povoados ao decurso dos rios Paraíba e Mamanguape; estes povoados foram posteriormente se transformando em vilas e cidades, ganhando com isso significativos números em termos de construções, que, segundo Gonçalves (2007), por volta de 1774, havia 18 igrejas, 5 conventos, 6 vilas, 37 engenhos, 869 fazendas e 52 mil habitantes em toda a Capitania.

2.1 OS NATIVOS APRESENTAM RESISTÊNCIA À CONQUISTA DO TERRITÓRIO

Mesmo com a capitania de Pernambuco, vizinha de Itamaracá, já estando muito próspera devido à grande produção de açúcar, os senhores de engenho de Pernambuco sentiam-se incomodados pela vizinhança dos nativos que habitavam Itamaracá, alegando que eles invadiam suas terras, destruíam suas lavouras e, instigados pelos franceses, os hostilizavam. Por outro lado, ocorria que os franceses, diferentemente dos portugueses, não pretendiam tomar as terras dos potiguaras e escravizá-los, seu relacionamento com os nativos era "amistoso", mas também interessado. Os potiguaras trabalhavam para os franceses, extraindo pau-brasil e embarcando-o em troca de objetos variados, ou seja, eram relações sem que ambos tinham seus interesses. Essa aproximação criava as hostilidades dos portugueses com os potiguaras se agravaram muito após a chamada "Tragédia de Tracunhaém (GONÇALVES, 2007)."

Esse episódio contado e recontado pela historiografia tradicional apresenta uma versão de que ocorrera devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar, no Engenho de Tracunhaém (Pe.). Após receber a comitiva constituída pela índia e

seus irmãos, vindos de viagem, após resgatar a índia raptada, para pernoite em sua casa, um senhor de engenho, Diogo Dias, provavelmente escondeu-a, de modo que quando amanheceu o dia a moça havia desaparecido e seus irmãos voltaram para sua tribo sem a índia. Seu pai ainda apelou para as autoridades, enviando emissários a Pernambuco sem o menor sucesso (SILVEIRA, 2009).

Os franceses que se encontravam na Paraíba teriam segundo essa versão estimulado os potiguaras à luta. Pouco tempo depois, todos os chefes potiguaras se reuniram, movimentaram guerreiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte e atacaram o engenho de Diogo Dias. Foram centenas de nativos que, arditosamente, se acercaram do engenho e realizaram uma verdadeira chacina a morte de todos que encontraram pela frente: proprietários, colonos e escravos, seguindo-se o incêndio do engenho. Naquele tempo era rei de Portugal D. Sebastião. Receoso de os franceses se situarem na Paraíba, ordenou, em 1574, ao Governador Geral Luiz de Brito que fosse “...eleger sitio para uma forte povoação, donde se pudessem defender deles [dos franceses], e dos potiguares” (SALVADOR, 2010, p. 238, grifo nosso). Pelo fato de Luiz de Brito não poder realizar esta expedição, encarregou o ouvidor geral Fernão da Silva, que naquele momento estava em Pernambuco realizando correição. Assim, a primeira expedição (1574) foi incumbida ao governador Geral do Brasil, D. Luís de Brito, por ordem régia de, D. Sebastião, Neto de D. João III. Reinou entre 1557 a 1578. Morreu aos vinte e quatro anos e foi substituído pelo seu tio avô, o Cardeal D. Henrique. Pelo fato de este não ter filhos e se encontrar em idade bastante avançada, sua morte em 1580, provocou a crise dinástica, estabelecendo-se a União Ibérica.

Revoltados com os estragos que essa expedição tinha feito nas aldeias e roças, durante o trajeto até a barra do Paraíba, os nativos esperaram momento propício para atacar os invasores. A partir de uma investida repentina, por parte dos nativos, a tropa entrou em pânico e retornou a Itamaracá em fuga desesperada.

De contramão aos conflitos, os portugueses também buscaram se chegar aos nativos de uma forma amigável, através de uma comunicação afável, não submetendo-os a opressão, mas entendendo que seria possível manter acordos, negociações, com o intuito de convencê-los a cederem aos anseios dos colonizadores. Apesar disso, não foram dias fáceis para os portugueses, não havia uma confiança por ambas as partes de que um acordo seria mantido e, por tal razão, as coisas não foram facilmente resolvidas, pelo contrário (GONÇALVES, 2007).

Ainda segundo Gonçalves (2007, p. 51) “alguns relatos coevos deixam claro que, ao menos no Rio Paraíba, os Potiguaras mantinham contato tanto com franceses quanto com portugueses, sem serem pelo menos até a década de 70, reprimidos por estes últimos”. Isso

significa asseverar que em algum dado momento, portugueses e potiguaras estiveram lutando do mesmo lado contra um inimigo comum, no caso os Kaeté.

A primeira expedição à Paraíba deixou as terras do norte em piores condições, os nativos ficaram mais agressivos e o temor e pedidos de ajuda por parte de Itamaracá aumentaram, o que motivou a preparação de uma segunda expedição, desta vez comandada pelo próprio governador geral Luiz de Brito. Nessa expedição foram preparados doze navios e gastos muito recursos da fazenda real. Partiram de Salvador, em setembro de 1575, e não chegaram à Paraíba. Ventos contrários dividiram a esquadra e alguns navios voltaram para Salvador e outros foram dar em Recife (ALMEIDA, 2010).

A partir de então, cessam as expedições à Paraíba. A historiografia aponta como causa a falta de recursos financeiros, o não empenho de Lourenço da Veiga, governador que substituiu Luiz de Brito e a importância que o rei D. Sebastião dava às ações desenvolvidas na Índia e África. Com sua morte, em 1578, tem início um momento de extrema singularidade na vida sucessória, econômica, política e administrativa de Portugal e das terras de Pernambuco surge um novo personagem, que por duas vezes tentaria conquistar a Paraíba, que seria Frutuoso Barbosa.

Segundo Salvador (2010), por solicitação do mesmo, El-rei D. Henrique, encarrega Frutuoso Barbosa da conquista da Paraíba. Havia este homem ido de Pernambuco e, por haver já na Paraíba carregados navios de pau por algumas vezes no tempo das pazes que lhe os potiguaras fizeram e por ter conhecimento da terra e deles, o encarregou El-rei da conquista por contrato que fez em sua fazenda, dando-lhe para isso as provisões necessárias, naus e mantimentos e, conquistando a Paraíba, a capitania por dez anos. Chegou Frutuoso Barbosa à barra de Pernambuco no ano de 1579 [...] (SALVADOR, 2010, p.281).

Em sua primeira expedição de conquista à Paraíba, enquanto descansava em Pernambuco após a longa viagem, um forte temporal dispersou sua frota, o galeão de Frutuoso desgarrou-se e foi ancorar nas Antilhas, inviabilizando a missão de conquista. Após esse episódio, onde inclusive, perde sua esposa, ele retorna a Portugal quando tinha início a União Ibérica. Filipe II da Espanha ratifica seu nome, “...dando-lhe instruções e regimento, e governo da nova capitania...”, caso a conquistasse, conforme tinha estabelecido anteriormente o Cardeal D. Henrique (MACHADO, 2007, p.48).

Em fins de 1582 chega Frutuoso a Pernambuco, em sua segunda tentativa de conquista. Após entendimento com os dessa capitania, deliberou-se que parte da expedição iria por terra e ele seguiria por mar, nessa segunda tentativa de conquista. Desta vez, segundo Salvador (2010, p.282) “... chegando à boca da barra da Paraíba com a armada que trouxe [...] entrou pelo rio

acima ...” destruindo algumas embarcações francesas. Após outro embate, no qual morrem “...quarenta portugueses, em que entrou o filho do capitão ...” (SALVADOR, 2010, p.282).

2.2 O DOMÍNIO E CATIVEIRO DOS COLONIZADORES SOBRE OS NATIVOS

Muitas questões entoam acerca da conquista da Paraíba. Uma parte significativa da historiografia paraibana tem tratado do assunto equivocadamente, com resquícios de preconceito e insatisfação, uma vez que, dar ênfase e enaltece alguns personagens específicos da história, no caso dos brancos e europeus, desfazendo de um todo dos demais, como é o caso dos povos nativos, os quais são reportados como seres inferiores, selvagens, bárbaros, preguiçosos, conforme os denominavam os portugueses. Tratar os povos indígenas num contexto homogêneo parece não ser uma concepção ajustável a realidade, haja vista que, ao se dirigir aos mesmos como selvagens, bárbaros, preguiçosos, dar a entender que à conquista se fez necessária por meio do uso de força bruta, numa tentativa de justificar as práticas de extermínio e massacre sofridos por muitos aldeados (MACHADO, 2007).

Quando o rei de Portugal criou as capitanias hereditárias, não existia entre elas a capitania da Paraíba. O território que, aproximadamente, corresponde à atual Paraíba era ocupado pela capitania de Itamaracá. Durante mais de dez anos, foram realizadas mais de cinco tentativas de conquista. Não vamos aqui narrar cada uma das expedições. Episódios variados marcam cada investida dos colonizadores. Ataques dos nativos e desvios de rota foram os fatos mais frequentes. Ocorreu até um fato inusitado: por conta das más condições da navegação, houve a devolução de uma frota ao porto de origem. As lutas entre os conquistadores e os nativos foram muitas e, frequentemente, os nativos levavam vantagem.

De início, as chamadas oficialmente de expedições eram organizadas apenas por portugueses. Porém, com a dominação da Espanha sobre Portugal, a partir de 1580, alguns espanhóis juntaram-se aos portugueses nas tentativas de conquista da Paraíba. A associação de portugueses e de espanhóis visando a conquista, ao invés de facilitá-la, dificultou-a muito mais. Os desentendimentos entre eles eram frequentes. Entravam em conflito, concorrendo pelo comando das operações de guerra e da administração do pessoal.

Assim, as desavenças entre portugueses e espanhóis contribuíram para retardar mais ainda a conquista. A chamada conquista definitiva da Paraíba somente foi possível, quando os portugueses conseguiram a adesão dos tabajaras, então em luta contra os potiguaras. Aproveitando-se do desentendimento entre as duas tribos, o ouvidor-geral Martin Leitão enviou

emissários a Piragibe (ou Braço de Peixe, cacique tabajara) oferecendo-lhe aliança contra as potiguaras.

Numa versão oficial, com a ajuda dos tabajaras, os colonizadores conseguiram iniciar a ocupação da terra. Mas daí, o que se deu no processo de luta foi um verdadeiro extermínio: cada vez que os nativos resistiam, eram mortos em massa. Tratava-se de fazer a “limpeza do terreno”, como afirmavam os portugueses e nos informa o historiador Horácio de Almeida: Em fins de janeiro estavam todos de volta ao interior. Agora ia ter começo o povoamento da Paraíba, porque este era o principal objetivo depois das escaramuças militares, que se impunham como limpeza do terreno para desenvolvimento da conquista (ANDRADE; ALMEIDA, 2013).

A situação de guerra e de disputa fez com que mesmos os nativos que colaboraram com os colonizadores e os que a eles se renderam fossem utilizados como mão de obra na lavoura, nos engenhos e na construção de obras para a edificação da cidade de Nossa Sra. das Neves (atual cidade de João Pessoa-PB). Além dos colonizadores, não podemos esquecer do papel da Igreja nessa conquista. Religiosos de diversas ordens: jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, através das chamadas missões, “domesticavam” os índios, ou seja, “faziam sua cabeça” para a aceitação do domínio do homem branco, para o uso como mão de obra e como meio para isso a perda de seu território e de sua própria identidade (BARCELLOS, 2015).

Ocupado o litoral, começa o trabalho de construção da cidade, bem como dá-se início a produção açucareira nos engenhos da Paraíba, a colonização portuguesa prossegue a operação limpeza do terreno em direção aos sertões. Antes de mais nada, é importante esclarecer sobre a área que estamos chamando aqui de Sertões. Quando falamos Sertões ou Sertão, não estamos nos referindo apenas ao espaço que atualmente recebe esta dominação. Estamos falando sobre todo o interior da Paraíba, sobre aquelas áreas que, atualmente, denominamos Agreste, Brejo, Cariri e Sertão. Para os portugueses, à época da colonização, todo o território além de vinte léguas da costa era Sertão. No início da colonização, o território do interior não foi ocupado.

Os portugueses, até então se limitaram ao litoral, uma vez que suas terras eram propícias ao plantio da cana-de-açúcar. Aquelas pessoas que queriam vir para o Brasil e tinham recursos requeriam Sesmarias e estabeleciam-se no litoral e na Zona da Mata, nos engenhos. Assim, no início do século XVII, na Paraíba, já existiam cerca de duas dezenas de engenhos. Produção de 40 açúcar e mais açúcar, isto era o que interessava aos portugueses, porque dava bons lucros. O mais não tinha importância. Qualquer outra atividade, somente era estimulada caso fosse útil à produção açucareira (LOPES et al., 2023).

Assim, as melhores terras eram ocupadas somente pela cana-de-açúcar. E a lavoura de subsistência? Qual sua importância? A lavoura de subsistência era importante, apenas, como fornecedora de feijão, de milho, de mandioca, enfim, de produtos indispensáveis à alimentação nos engenhos. Para estes produtos, bastavam as terras menos férteis, aquelas áreas impróprias à cana-de-açúcar. E o gado? Como surgiu? Como a pecuária conseguiu se organizar e ocupar áreas próprias? Quando as primeiras cabeças de gado foram trazidas para o Brasil, tinham como objetivo auxiliar o trabalho e a alimentação nos engenhos: serviam como tração para as moendas, como meio de transporte e de alimentação (MARTIN, 2013).

Porém, à medida que a lavoura da cana foi-se expandindo, a criação de gado dentro dos engenhos foi-se tornando inconveniente por ocupar terras férteis, necessárias à agricultura da cana, que conforme já falamos, era a atividade de exportação e, portanto, a atividade fundamental. Daí, a necessidade de separar as duas atividades. Neste sentido, o rei de Portugal, através da Carta Régia (1701) proibiu a criação de gado até dez léguas da costa. Ora, muito antes desse decreto, a penetração para o interior já havia começado (SILVEIRA, 2009).

Desde os fins do século XVI, duas correntes de povoamento partiram de Pernambuco e da Bahia (que já eram as capitânicas mais ricas, por conta da produção de açúcar) e, através do Rio São Francisco, atingiram o interior, estabelecendo as primeiras fazendas de gado do interior do Nordeste. Lembremos que as terras do interior já tinham donos! Conforme vimos, os sertões da Paraíba eram habitados pelos Cariris e pelos Tarairiús (GUEDES, 2002).

Ora, se as terras do interior já estavam ocupadas pelos Cariris e pelos Tarairiús é claro que sua invasão pelos portugueses, para instalar fazendas de gado gerou conflitos, e conflitos muito sérios. Os nativos do interior resistiram bravamente ao homem branco. Este, além de tomar suas terras, escravizava-os, tornava-os cativos a seu serviço. Aliás, foi esse o motivo que os levou à luta. A resistência desses nativos do interior foi bem organizada. Uniram-se as várias tribos, empenhando-se por longos anos nas lutas armadas que ficaram conhecidas como “Confederação dos Cariris” ou “Levantes dos Tapuias”, ou, ainda, “Guerra dos Bárbaros”, como a denominavam os documentos oficiais (ALMEIDA, 2010).

Os portugueses recrutaram, inicialmente, 600 homens para enfrentar a “Guerra dos Bárbaros”. Estes, mostraram-se superiores, provocando várias derrotas e deserções nas tropas dos portugueses. Ao longo do período em que se estenderam as lutas, o governo português estimulou os bandeirantes, ou sertanistas (como eram chamados os comandantes das expedições que vinham conquistar o território), a combaterem os nativos violentamente. Assim, alguns sertanistas se destacaram, tornando-se verdadeiros algozes dos nativos.

Teodósio de Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velho são os mais citados, segundo as testemunhas da época, eles cometeram uma verdadeira chacina. Somente por ocasião de uma luta, Domingos Jorge Velho degolou 260 Cariris, recebendo, por isso, congratulações do governador geral do Brasil, nos seguintes termos: “E dou a Vossa Mercê o parabéns de um aviso que do Recife me fez o provedor da fazenda, estando para dar à vela a embarcação que o trouxe, de haver Vossa Mercê degolado 260 Tapuias” (ALMEIDA, 2010, p. 40-41).

A violência de Teodósio foi tamanha, que preocupou o próprio rei de Portugal. Em carta enviada ao capitão-mor da Paraíba, o rei diz estranhar as atitudes do sertanista. Manifestou seu reconhecimento pelo “bom sucesso que se teve na campanha com os nativos nossos inimigos nos sertões”. Porém, mais adiante acrescenta: Me pareceu estranhar mui severamente o que obrou Teodósio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos nativos que tomou na sua guerra (MACHADO, 2007).

Ainda conforme Machado (2007), a face cruel, que dizimou a maioria esmagadora da população nativa precisava ser ocultada. Para isso, os conquistadores, apoiados por Portugal, usavam o pretexto da “Guerra Justa”. Ora, a Coroa Portuguesa determinou! O nativo que resistisse à dominação portuguesa podia ser morto; se aprisionado, seria escravo. Do total de nativos aprisionados, o governo português exigia um imposto correspondente a um quinto. Portanto, era só pagar o quinto a Portugal e utilizar os prisioneiros como mão de obra gratuita na pecuária e em outras atividades que fossem necessárias.

De acordo com Gonçalves (2007) as estratégias usadas pela armada de Diego Flores de Valdes, no ano de 1584, para conquistar o território paraibano só logrou êxito contra os Potiguar devido alguns fatores, dentre os quais, pode-se citar a formação de um exército composto por cerca de mil homens, incluindo trezentos luso- pernambucanos, cem escravos africanos e quinhentos flecheiros tabajara e que culminou com a fundação do Forte de São Felipe.

Assim, com a ajuda dos tabajaras, os colonizadores conseguiram iniciar a ocupação da terra. Daí em diante, assiste-se a um verdadeiro extermínio, cada vez que os nativos resistiam eram mortos em massa. Tratava-se de fazer a "limpeza do terreno", como afirmavam os portugueses e nos informa o historiador Horácio de Almeida: "Em fins de janeiro estavam todos de volta ao interior. Agora ia ter começo o povoamento da Paraíba, porque este era o principal objetivo depois das escaramuças militares, que se impunham como limpeza do terreno para desenvolvimento da conquista" (ALMEIDA, 2010, p 93).

Os nativos que colaboraram com os colonizadores e os que a eles se renderam foram utilizados como mão-de-obra na lavoura, nos engenhos e na construção de obras para a edificação da cidade de Nossa Sra. das Neves (atual cidade de João Pessoa). Além dos

colonizadores, não podemos esquecer o papel da Igreja nessa conquista. Religiosos de diversas ordens: jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, através das chamadas missões, "domesticavam" os nativos, ou seja, "faziam sua cabeça" para a aceitação do domínio do homem branco, para a perda de seu território e de sua própria identidade.

2.2.1 Exploração e violência da mão de obra nativa: sob o domínio dos colonizadores

Como aludido anteriormente, a colonização se fez, acima de tudo, em função dos interesses comerciais de Portugal. Acreditamos que ficou claro, que, tratava-se principalmente, de conseguir o máximo de riquezas em mercadorias, de exportá-las e de obter lucros e mais lucros, custasse o que custasse. Vimos, também, que movido pela ambição e riquezas, os colonizadores não hesitaram em praticar violências contra a população nativa. Esta, maior vítima da colonização, foi perseguida, reduzida ao cativo, massacrada, enfim, principalmente por resistir à sujeição, por querer preservar sua liberdade.

Desde o início da colonização, na área do litoral, assim como nas demais capitânicas, os nativos da Paraíba prestaram serviços aos portugueses. Amistosamente, os potiguaras realizavam as tarefas necessárias à extração e embarque do pau-brasil, além de cultivarem alguns produtos de interesse dos colonizadores. Era a chamada fase do escambo. O nativo não recebia pagamento em dinheiro pelos serviços realizados, tampouco, eram escravos. Eles trabalhavam em troca de diversas mercadorias de seu interesse, tais como ferramentas, missangas e armas. Até então não havia conflitos entre portugueses e nativos. As atividades exercidas pelos nativos, nessa fase, não desorganizavam sua vida tribal, não interferiam em seus hábitos e em seus costumes. Observemos como o historiador Almeida Prado relata o trabalho dos nativos, nessa fase:

O potiguara buscava a madeira, cortava-a como o cliente queria, transportava-a até o local de embarque e auxiliava no condicionamento a bordo. Cultivava a pedido do forasteiro, o algodão silvestre e mais espécies de seu interesse. Construía galpões, onde a colheita pudesse ficar sem se deteriorar até o embarque: levantava abrigos para a tripulação repousar em terra; fazia consertos [...] amealhava provisões em que figurava em primeiro lugar o beijú de mandioca (MEDEIROS, 1990, p. 5).

Nesta citação, dá para perceber como as atividades executadas pelos nativos eram importantes para manutenção da vida nessas terras de cá. Vale salientar que muitas dessas atividades não eram realizadas de boa vontade inexistindo conflitos, portanto, entre potiguaras

e portugueses. Sabe-se, porém, que a relação entre os nativos e os portugueses sempre foi permeada por maiores ou menores conflitos, culminando as vezes em prolongadas lutas armadas, em violência e morticínio (GUEDES, 2002).

No litoral paraibano foram os potiguaras que lideraram as lutas, inclusive, atrasando a conquista, que somente se completou após quase onze anos de combates, e, somente quando os tabajaras foram para o lado dos portugueses. A mesma resistência ocorreu no sertão, cuja conquista prolongou-se mais demoradamente, face à Confederação dos Cariris, de que, aliás, já falamos. Mas, apesar de resistir bravamente, grande parte de nossos nativos foram reduzidos à condição de mão de obra para os colonizadores, através da “Guerra Justa” ou quando caçados por predadores de nativos, conforme nos informa frei Vicente do Salvador (MELLO, 2005).

Neste caso, eles eram atacados de surpresa e violentamente retirados de suas aldeias e comercializados como “rebanhos de criaturas que vendiam a 800 reis e a mil reis por cabeça que era o preço de um carneiro” (MEDEIROS, 1990, p. 10). De acordo com o princípio da “Guerra Justa”, os portugueses se davam o direito de matar ou de aprisionar todo aquele nativo que reagisse e lutasse contra o dominador. Caso fosse aprisionado, era transformado em escravo.

Retornando a questão da mudança no relacionamento entre os nativos e os portugueses, no início da colonização, fica claro, portanto, que os conflitos sangrentos que se seguiram foram resultado da ganância dos colonizadores. Já não bastava exportar madeira e outras mercadorias de menor importância. A terra tinha de ser trabalhada para produzir cana, para fabricar açúcar, para exportar e para dar lucros. A agricultura foi implantada. As terras foram divididas, doadas em sesmarias a colonos portugueses.

A partir de então, o nativo passa a ser visto como um obstáculo porque ocupa as terras, mas, ao mesmo tempo continua sendo visto como alvo para ser a mão de obra. Aliás, a única disponível até que se tornasse importante o tráfico se desenvolvesse e dos escravos negros da África, adquiridos em grande quantidade e portanto dentro de uma negociação privilegiada para o colonizador. Os nativos tiveram inicialmente de colaborar como “obra da colonização” por bem ou por mal. Nesse processo de “recrutamento” da mão de obra nativa, os principais agentes foram as ordens religiosas. todavia essa se tornou uma história de controvérsias entre os religiosos.

A pretexto de catequizá-los, foram os religiosos que se propuseram a domesticar os nativos, fazendo-os aliados dos portugueses; deixando-os aptos a exercerem as atividades necessárias à colonização. A professora Maria do Céu Medeiros (1990) chama especial atenção para esse papel representado pelas ordens religiosas na Paraíba. Ela mostra a importância das

Missões, ou seja, das aldeias, onde os religiosos reuniam os nativos para catequese: O nativo se enquadra então numa das categorias: aliado, domesticado ou inimigo, conforme se sujeite ou não ao domínio português. O primeiro tem que passar pela missão religiosa. É ela que o destribaliza e o transforma num vassalo de sua Majestade.

A missão passa a ser um viveiro de homens de armas que a qualquer momento podem ser convocados para fazerem guerra ao estrangeiro invasor, às tribos inimigas e aos negros quilombolas. Ela é ao mesmo tempo uma reserva de mão de obra barata para o Estado e para os colonos que não tinham acesso a outra fonte de trabalho devido ao preço alto do escravo africano.

De acordo com Gonçalves (2007) ao se analisar o processo evolutivo decorrido da ocupação do território paraibano nesse período, deve-se levar em consideração o real atrativo, ou seja, a área de produção açucareira. Desta feita, derrotar os nativos e seus aliados e iniciar o povoamento, eram condições indispensáveis para a própria garantia da colonização portuguesa nessas paragens, não obstante, a ocupação deveria responder e se faltar desse movimento mais amplo da produção agro-manufatureira.

O processo de colonização ocorrido nas terras brasileiras pela corte portuguesa deixou marcas profundas na história, haja vista que esta não se deu de forma tranquila, pois além de conflitos entre franceses e portugueses dentre de algumas partes desse território, também houveram guerras contra os povos nativos que já as habitavam. Com isso, muitos foram os conflitos, as guerras, extermínios de povos nativos, dentre outras formas de apoderar-se da colônia, a exemplo de negociações, de catequização, etc, como já visto ao longo desta abordagem.

Neste contexto, as discussões abordadas tiveram como propósito fazer uma análise, a priori, historiográfica do processo de colonização do território brasileiro, ou seja, quem foram os colonizadores, como se deu a colonização, se uniforme ou não, homogênea ou não; quais os objetivos dessa colonização; que visavam os colonizadores; as jornadas pelas terras; a exploração, o povoamento, dentre diversos outros fatores que, ao final possa culminar com o objeto do estudo, que é a importância da Bacia do Rio do Peixe para a formação do município de Sousa, no Estado da Paraíba.

Sendo assim, em contato com a historiografia, iniciou-se a discussão a partir de um olhar diante dos conflitos e extermínios que fizeram parte da chamada conquista do território paraibano pelos colonizadores, tendo em vista a resistência por parte dos nativos que já habitavam estas terras, mas que não lograram êxito e acabaram sendo dominados e escravizados pelos portugueses. Assim, o interior e a Bacia do Rio do Peixe e sua importância para a

formação do município de Sousa, localizada no interior do estado será a abordagem do capítulo seguinte.

Não obstante, é de fundamental importância, antes de adentrarmos a formação do município de Sousa-PB, já adiantar que a conquista do município sousense não difere da narrativa geral do território paraibano, na qual a história é vista por um olhar da perspectiva dos colonizadores como heróis e os colonizados como mártires e, por assim ser, acaba deixando de lado os fatos históricos relacionados ao relevante papel dos povos nativos no processo colonial e de povoamento.

Conforme Raposo e Araújo (2017) o Instituto de História Geral da Paraíba (IHGB) só se volta aos desbravadores e não aos conquistados, dando ênfase a esses povos que são os verdadeiros donos da terra. Ainda, segundo os autores, a história narrada deixa de fora tudo o que de produtivo foi realizado pelos nativos que já habitavam essas terras. De outro modo, enfatiza os autores que a procura pelas riquezas fluviais que o município detinha decorrentes do Rio do Peixe; rio esse que, no cenário atual, encontra-se abandonado pelo poder público (fotos anexas). Assim sendo, a história defendida pelo IHGP procura demonstrar que essa conquista se deu por meio de um acordo de paz, ocultando com isso que muitos foram os extermínios decorrentes de vários conflitos entre os colonizadores e os colonizados, como também por meio do processo de catequização e doutrinação/adestramento dos povos nativos que viviam nesse território.

CAPITULO 3 - TERRAS E ÁGUAS COMO LUGARES DE PODER E DE DISPUTAS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA BACIA DO RIO DO PEIXE NA FORMAÇÃO DA CIDADE DE SOUSA-PB E SUA SITUAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

No capítulo anterior falamos como foi central para a história da Paraíba a disputa de poder pelo rio Paraíba e suas riquezas, haja vista que as terras produtivas, às margens do rio foram atrativos significativos para a exploração e povoamento. Já nesse capítulo que se apresenta como central do nosso estudo, abordaremos a importância do rio e da Bacia do Rio Peixe no que concerne a formação do município Sousa e sua trajetória ao longo dos anos até os dias atuais, de modo que seja possível se perceber o tratamento deste manancial enquanto recurso e fonte de desenvolvimento econômico e social, assim como recurso que foi aos poucos sendo minimizado e tendo sua história soterrada e assoreada,

As produções históricas possuem um papel fundamental ao exercício dos conhecimentos historiográficos que remontam o passado no presente e para o futuro. Por esta ótica é imprescindível que os fatos não sejam analisados por uma única perspectiva ou fonte historiográfica, pois os conhecimentos precisam ser bem compreendidos, mesmo sabendo que poderá não haver uma linearidade ideológica, já que os historiadores nem sempre enxergam os fatos pelas mesmas perspectivas. Assim, neste estudo, a discussão volta-se para a Bacia do Rio do Peixe no âmbito da cidade de Sousa-PB, discorrendo sobre sua relevância para formação deste município, bem como sobre a situação atual em que o rio se encontra.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE SOUSA-PB

O então município de Sousa encontra-se situado no alto sertão da Paraíba, a 438 km da capital do Estado da Paraíba, a cidade de João Pessoa e a 303 km de Campina Grande (Figura 01); destaca-se pelo seu patrimônio arqueológico, o qual detém um arquitetônico valioso, que por sua vez, retrata a evolução da região ao longo do tempo. Sua população, segundo o IBGE (2022) é de 67.259 habitantes, ocupando uma área total de 738 km², cujo núcleo urbano se concentra em apenas 21,5km².

A cidade de Sousa teve uma economia baseada, a priori, na criação de gado e na agricultura de subsistência, atividades essas que foram bastante favorecidas em virtude da sua significativa proximidade com o Riacho do Peixe (INTESA, 2019).

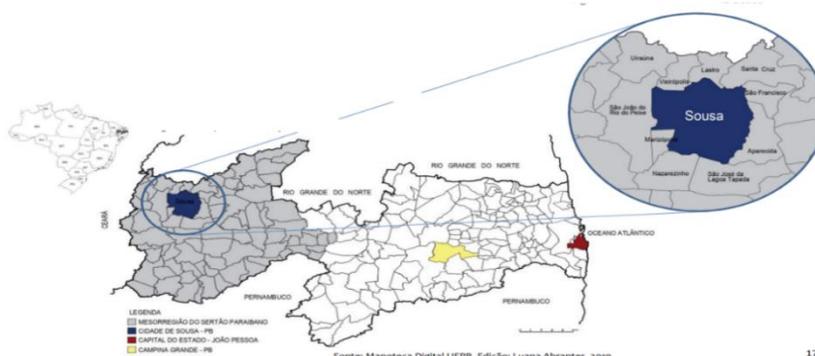


Figura 1. Localização geográfica do município de Sousa-PB
Fonte: GALVÃO et al., 2005

Assim como na maioria das cidades do sertão paraibano, a principal fonte econômica de Sousa após a história de ocupação da terra foi a criação de gado, juntamente com a agricultura de subsistência favorecida pela proximidade com o Rio do Peixe. O algodão, por sua vez, se juntou à pecuária no início do século XIX, contribuindo para o início do processo de crescimento urbano. Segundo Carvalho (2015, p. 19) “A partir da adoção desses modelos de crescimento urbano associado ao desenvolvimento da economia, a oferta de bens e serviços e aos interesses de determinados atores sociais que foi se produzindo o espaço urbano da cidade de Sousa”.

Data do final do século XVII o processo precursor colonial do Oeste da Paraíba através das margens do Rio do Peixe, momento ao qual colonos advindos dos Estados da Bahia, Pernambuco e São Paulo promoveram o que se convencionou chamar de ‘desbravamento dos Sertões; isso depois que os desbravadores conseguiram condicionar os nativos icós que sobreviveram as mortes e expulsão a se render, cederem e ficarem do seu lado. Fez-se necessário aos colonizadores sertanistas desprenderem um significativo esforço violento para obter o domínio destas terras pouco explorados e de distância considerável em relação ao Litoral (MASCARENHAS et al., 2015).

Em 1723, chegaram os sacerdotes juntamente Francisco e Teodósio de Oliveira Ledo passaram o território para a Casa da Torre da Bahia, se tornaram senhores dos vales constituídos pelos rios do Peixe e Piranhas. O processo de habitação aconteceu vagarosamente com os moradores das ribeiras dos rios do Peixe e Piranhas e dos paulistas que iam chegando para situarem suas fazendas com rebanhos e agricultura. Já nessa época, o lugarejo contava com uma população de 780 habitantes (MASCARENHAS et al., 2015).

Suas terras férteis exerceram papel fundamental no processo de povoamento, pois muitos vieram se instalar nas terras devido ao cultivo favorável. A fertilidade atraiu moradores interessados no cultivo das terras. Nesta região, Bento Freire de Sousa e José

Gomes de Sá também situaram as suas fazendas. Assim, o povoado desenvolvia-se e, em 1730, contava com 1.468 habitantes, segundo informações do Cabido de Olinda. Esse crescimento chamou atenção de Bento Freire que, residindo na Fazenda Jardim, tomou a iniciativa de organizar um povoado (FERRAZ, 2011).

Com isso, Bento Freire pleiteou uma concessão, deslocando-se à Bahia a fim de obter da Casa da Torre a doação da sesmaria cujas terras seriam patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios. Conquistado pleito, coube a Bento Freire erguer, entre 1730 e 1732, a primeira capela em louvor a Nossa Senhora dos Remédios, atual Igreja do Rosário dos Pretos. Bento Freire tornou-se o primeiro administrador do patrimônio da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios do Jardim do Rio do Peixe elevando-o a povoado (PINTO, 2018).

As terras do antigo Jardim do Rio do Peixe pertenciam ao coronel Francisco Dias D'Ávila e sua mãe D. Inácia de Araújo Pereira, família fidalga da Casa da Torre da Bahia, que as doaram ao patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios em 1740, por solicitação de Bento Freire. Porém, o processo estendeu-se até 1756 com muitas idas e vindas de Bento Freire à Bahia quando, finalmente em 1760, obteve a sentença que legalizou, em definitivo, a constituição do patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios. Bento Freire administrou o Patrimônio até 1765, coroando com sucesso um esforço de quase meio século de luta para erguer o que viria a ser o município de Sousa (GADELHA, 1981).

O povoado do Jardim do Rio do Peixe, nome primeiro do habitat, foi elevado à categoria em 1766. Mesmo ostentando a condição de distrito, permaneceu o povoado com seu nome primitivo. Em 1784, a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios foi desmembrada da Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal. No dia 04 de junho de 1800 o Ouvidor Geral José da Silva Coutinho instala, oficialmente, a Vila Nova de Sousa através de Resolução do então Governador de Pernambuco, datada de 26 de março de 1800, após pleito da comunidade através de requerimento encabeçado por Patrício José de Almeida, Matias de Figueiredo Rocha e padre Manoel Vieira da Silva. Um dia antes, o Capitão Alexandre Pereira de Sousa fez uma doação de terras para o patrimônio do crescente povoado. Foi através da Lei Provincial de nº 28, de 10 de julho de 1854, que a Vila de Sousa foi elevada à categoria de cidade passando, na oportunidade, a denominar-se Sousa, conhecida hoje por 'cidade sorriso' (PINTO, 2018).

O município de Sousa-PB encontra-se com toda sua área territorial inserida na sub-bacia do Rio do Peixe, dentro da bacia hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, sendo atravessado pelos rios do Peixe (este cortando a cidade), Piranhas Velho e Piranhas, além de vários

outros riachos.^[20] O principal reservatório é o Açude São Gonçalo, no distrito homônimo, com capacidade para 40 582 277 m³ (BELTRÃO, 2015). Este reservatório foi projetado por engenheiros dos Estados Unidos e teve sua construção sido iniciada em 1922, sendo inaugurado em 1936, contando com a participação do presidente Getúlio Vargas. Além de São Gonçalo, outros açudes do município são: Juá, dos Patos e Velho, além das lagoas da Estrada, de Forno e da Vereda (DOS SANTOS, 2018). Tudo isso exposto revela a importância das águas e da bacia do Rio do Peixe, dentro do contexto da pesquisa e dos estudos que foram apresentados.

3.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA BACIA RIO DO PEIXE

A Bacia do Rio do Peixe (BRP) é uma importante bacia sedimentar intracontinental localizada na Região Nordeste do Brasil, situada nos limites entre os estados do Ceará e da Paraíba. Assim como outras bacias interiores da região, a BRP formou-se pelo processo de estiramento crustal responsável pela fragmentação do Gondwana durante o Cretáceo Inferior. A BRP perfaz uma área total de aproximadamente 1250 km², e é subdividida em três sub-bacias sedimentares (FRANÇOLIN et al., 1994; VASCONCELOS, 2021).

A Bacia sedimentar do rio do Peixe localiza-se na porção noroeste do estado da Paraíba, aproximadamente entre os meridianos 37° 40' 00'' e 38° 45' 00'' de Longitude W de Greenwich e entre os paralelos 06° 25' 00'' e 06° 55' 00'' de Latitude Sul (Figura 2). Compreendendo juntamente com outras duas bacias sedimentares, quais sejam: a do Brejo das Freiras ou Triunfo-Uiraúna e a de Pombal. Dentre as bacias do Rio do Peixe, a da cidade sousense é a de maior extensão, chegando a ocupar uma área com cerca de 675 km². O preenchimento sedimentar da Bacia de Sousa é composto predominantemente pelos sedimentos terrígenos continentais do sistema flúvio-lacustre de idade eocretácica do Grupo Rio do Peixe pertencentes a um sistema rifte (MARQUES; MENDONÇA FILHO, 2018).

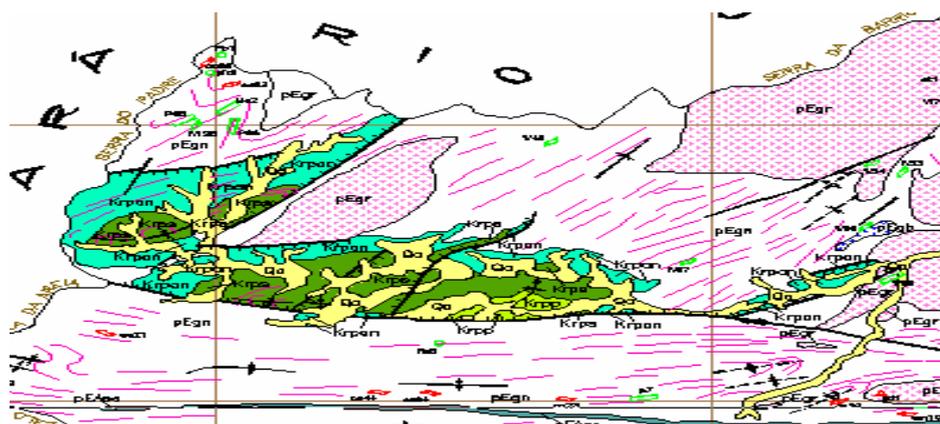


Figura 2- Localização da Bacia Sedimentar do Rio do Peixe no Estado da Paraíba.
Fonte: GALVÃO et al., 2015

A bacia sedimentar do rio do Peixe está localizada na porção semi-árida do Nordeste do Brasil, onde se distinguem apenas duas estações climáticas por ano: a seca e a chuvosa. A última ocorre nos primeiros meses do ano, sujeita porém a grande variabilidade espacial e temporal. Os principais acessos à região podem ser feitos a partir de Campina Grande através da BR- 230, e de Salgueiro-PE ou Fortaleza-CE, ambos utilizando em sentidos inversos a BR-116, até atingir o trevo Felizardo-Cajazeiras. A partir daí, tem-se acesso à área da Bacia do Rio do Peixe (VASCONCELOS, 2021).

A sequência sedimentar da bacia de Sousa é constituída pelas formações, da base para o topo, Antenor Navarro, atualmente São João do Rio do Peixe (leques aluviais/ fluvial *braided*), Sousa (fluvial meandrante, planície de inundação/ lacustre raso) e Rio Piranhas (leques aluviais distais/fluvial *braided*). Os contatos entre as unidades são gradacionais e a sedimentação sintectônica, sendo que a Formação Sousa, predominantemente pelítica, representa uma fase de maior estabilidade tectônica (MENDONÇA FILHO et al., 2016).

A seção rifite da Bacia Rio do Peixe (figura 3) é dividida em três formações que compõem o Grupo Rio do Peixe: Antenor Navarro, Formação Sousa, Rio Piranhas, as quais são compostas, predominantemente, por sedimentos terrígenos continentais de origem flúvio-lacustres, depositados durante o Cretáceo Inferior (CÓRDOBA et al., 2008; RAPOZO et al., 2021).

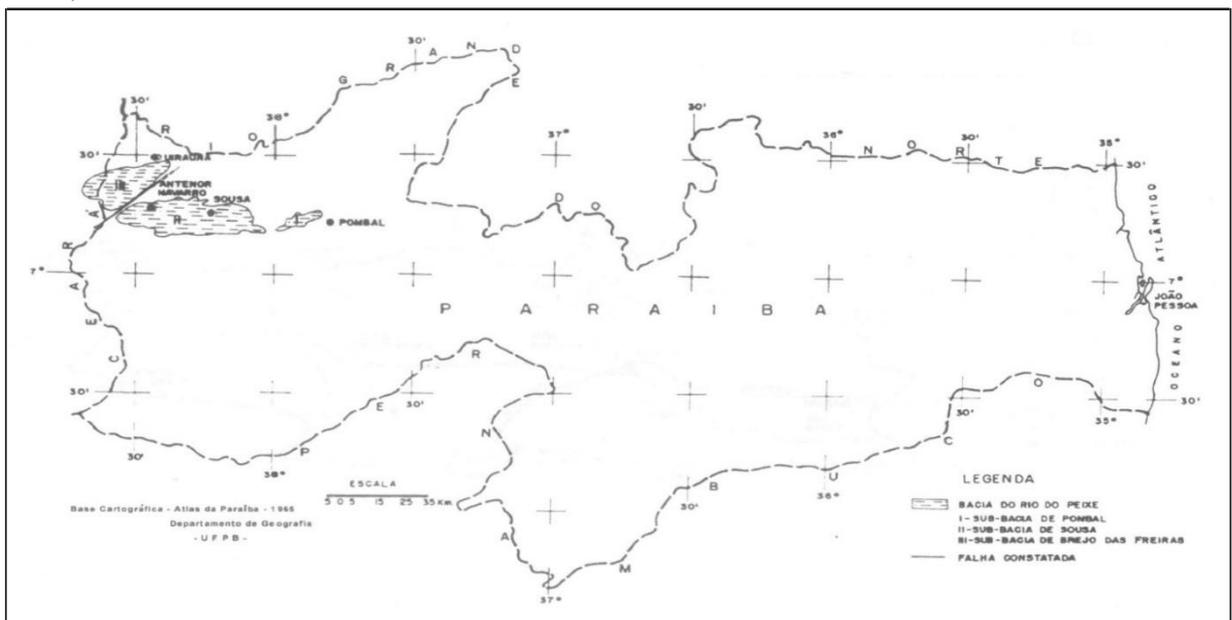


Figura 3. Mapa da localização da Bacia do Rio do Peixe
Fonte: SUDENE, 1980

A Formação da cidade de Sousa, no interior do Estado da Paraíba, usando literalmente as palavras do autor abaixo referenciado é caracterizada por folhelhos e siltitos intercalados

moradores que viviam e trabalhavam às margens do rio, com casas menos afortunadas e, em sua grande maioria feita de taipa trançada, ou taipa de mão. Residiam ali a mão de obra operária, mais as famílias dos vaqueiros que cuidavam do gado dos senhores de terras e engenho.

Segundo Ferraz, os rios constituem uma importante página na formação da história das cidades, a partir dos quais se desenvolveram grandes civilizações, e com as quais constituíram formas de cultura e criação de paisagens autênticas e restritas à morfologia de dada região. Conforme Ferraz (2011, p, 49) “As variáveis das condicionantes morfológicas sejam elas naturais ou humanas moldaram através do tempo o *geni'us loci*, ou seja, a alma do lugar”. As características e expressões de dada comunidade e o reconhecimento de hábitos e expressões de comportamento que assumem o papel de características identitárias, possibilitando assim o reconhecimento das relações singulares entre os meios nos quais se inserem. Neste contexto, o rio se revela como elemento possibilitador, fomentador e estruturante, cabendo a ele reger indiretamente o regime de progressão e expansão das malhas urbanas e o surgimento de suas peculiaridades sociais.

Essa relação entre rio e cidade fomenta o desenvolvimento e surgimento de acepções culturais locais, sejam elas religiosas comemorativas ou fenômenos naturais e suas derivações, as quais se adéquam às ofertas do rio e valores de memória. Como dito pela poetisa Julieta Pordeus (1965), “...o Rio do Peixe deu a luz ao Sorriso”, frase que expressa simbolicamente a relação de origem e pertencimento da cidade condicionada às relações com o rio. Há ainda os repentes do violeiro Chico Sousa que relatados pela oralidade dos mais antigos habitantes da localidade, fazem memória à vida do rio “... que o peixe do Rio do Peixe, vire peixe apenas da forma de viver...”. Essas formas de expressão que se respaldam em ícones da cultura local, remontam num passado recente as relações dos habitantes com os rios, de como ele se comportava e interferia positivamente no cotidiano da vida social, e o quanto ele se fazia presente nas acepções culturais locais, referências que revelam através dos recônditos da memória.

No Rio do Peixe residem aspectos que a população reconhece como elementos próprios da sua história, da apropriação do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. Sob essa ótica, Le Goff (2010) destaca que a "identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva"; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a "preservar e divulgar os seus bens culturais" dá-se início ao processo denominado pelo autor como a "construção do *ethos* cultural e de sua cidadania".

Para Ferraz (2011), que remonta por meio de registros fotográficos, publicados na obra "Amém do Rio", não apenas a um passado atrelado ao patrimônio material edificado, mas sim,

a uma historicidade quase perdida pela negação da modernidade. O autor expõe um panorama fotográfico da cidade de Sousa no início do século XX, relatando de forma direta as influências do Rio do Peixe sobre o desenvolvimento e expansões da malha urbana, uma urbe ainda caracterizada pelo seu grande e largo traçado, com vistas a comportar a cultura da criação de gado.

Nas primeiras páginas do livro, o autor reafirma que não se pode negligenciar a complexidade adquirida pela temática do patrimônio cultural, quando esta se articula à noção de cultura e paisagem, uma vez que ela incorpora as relações do homem com o meio em que se relaciona.

Sendo essencial para a vida, a água teve um papel fundamental no surgimento de todos os aglomerados humanos, das mais humildes aldeias às mais complexas cidades-estados, ao longo dos séculos. Em particular, os rios sempre exerceram esse papel de sustentação no nascimento, sobrevivência e expansão das urbes. Não foi diferente com Sousa, cidade que nasceu às margens do Rio do Peixe e, ao longo do tempo, cresceu e se desenvolveu construindo a sua história para ‘Além do Rio’ (FERRAZ, 2011, p.12).

O atual panorama do Rio do Peixe (Figura 05), não se diferencia de outros exemplos de rios fundantes de cidades brasileiras, e no mundo. A exemplo do Rio Tietê em São Paulo, que sofre pela retificação e canalização do seu curso, ou do Rio Sanhauá em João Pessoa, que é acometido dos efeitos mais severos da urbanização, ambos compartilham do descaso e da negação, poluídos e sujos agonizam silenciosamente e passivos às agressões do homem, por não os reconhecerem como elementos de cultura e paisagem.



Figura 5. Rio do Peixe – Sousa-PB

Fonte: INTESA, 201934567890—09876543

O Rio do Peixe que outrora foi apresentado como elemento base à criação e desenvolvimento da cidade de Sousa pode ser visto hoje como fonte de disseminação de doenças e outras enfermidades, resultado da negligência do não reconhecimento como elemento de paisagem, e patrimônio cultural e natural. Historicamente ocupou um lugar de centralidade e importância fundamental para o desenvolvimento do povoado que daria origem à cidade. Foi também fundante para o desenvolvimento socioeconômico de Sousa e balizou a cultura do gado, impulsionando a forte vocação comercial da região. E foi gradativamente colocado em segundo plano numa cidade que tem, cada vez mais, se urbanizado e se colocado como pólo urbano de grande importância no Sertão Paraibano. As fotos 5, 6, 7, 8, 9 e 10 a seguir demonstram a situação atual do Rio do Peixe na cidade de Sousa-PB. As imagens feitas via celular são de nossa autoria.

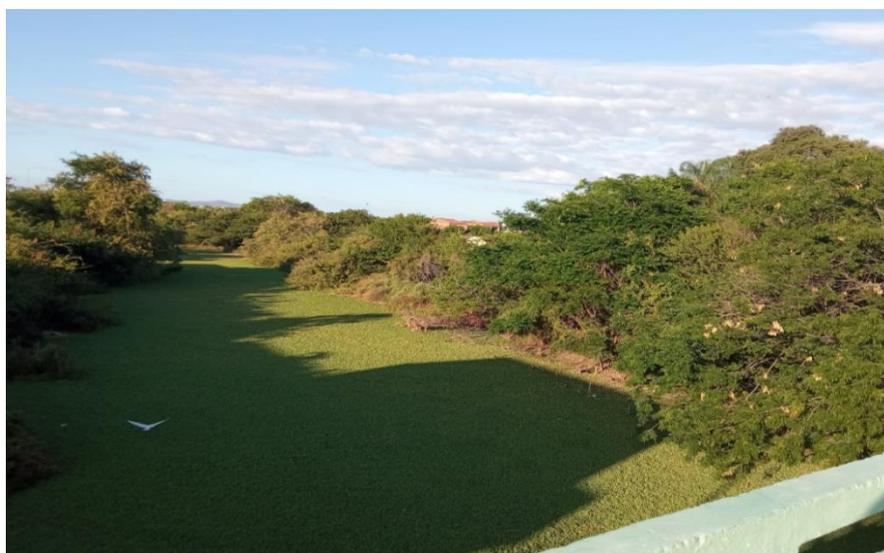


Figura 6. Passagem das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, 2023



Figura 7. Passagem das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, 2023

Nas figuras 6 e 7 é possível observar que a passagem das águas do Rio do Peixe está totalmente tomada/coberta pela vegetação, demonstrando com isso a degradação desse afluente.



Figura 8. Passagem das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, 2023

Na figura 8, observa-se um amontoado de entulhos os quais estão sendo jogados na passagem das águas do Rio do Peixe, aterrando, soterrando-o.



Figura 9. O lixo encontrado no curso das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, 2023

No quadro de figuras acima (Figura 9), é possível perceber uma quantidade significativa de lixo que é jogado no curso das águas do rio. Esse lixo vem se acumulando, provocando odores, poluição, doenças para quem mora no entorno, dentre outros problemas de degradação



Figura 10 O lixo encontrado no curso das águas do Rio do Peixe – Sousa-PB
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, 2023

Já a figura 10, traz uma imagem na qual se vê uma pouca quantidade de água no rio, visível no período de estiagem. Desta feita, mediante as ilustrações anteriormente listadas, pode-se compreender que o Rio do Peixe que, outrora, tinha a sua utilização como fonte das atividades econômicas agrícolas e pecuárias, ao longo dos tempos, foi perdendo a sua essência, se tornando um rio ‘sem águas’, a mercê do descaso, o abandono, De acordo com Silva (2013, p. 143) a cidade de Sousa, no sertão paraibano, nasce às margens do Rio do Peixe, “situando-se entre de 226 e 219 metros, cortada, ao norte por uma alca de meandro do Rio do Peixe, tendo como marco fundamental a Igreja dos Pretos cuja construção se deu numa proximidade de 200 metros em relação ao leito do rio”. Estas condições favoreceram a cidade concernente ao fornecimento de água, fertilidade do solo e áreas de relevo relativamnte plano.

Essas premissas foram importantes para a chegada de pessoas que passaram a habitar o lugar, guiadas pelas vantagens ao desenvolvimento econômico, especificamente, voltados para a produção agrícola e agropecuária. Com isso, não seria impossível imaginar que haveria desenvolvimento populacional, econômico, social e cultural; como, não obstante, problemas que decorreriam desse crescimento demográfico. E, com esse processo, não é inimaginável prever que o homem agiria, irá intervir e interferir sobre esse meio de forma considerável. Não obstante, como é uma práxis em todo desenvolvimento urbano em todas as regiões, em Sousa não poderia ocorrer diferentemente, isto é, o crescimento resulta em um consumo exarcebado das riquezas; a necessidade de buscar mais espaços para povoamento, para instalações de fábricas e indústrias, da extração de recursos naturais, dentre outras formas consumistas; fatores estes que culminam e, de fato culminaram com os graves problemas que foram gerados ao Rio do Peixe.

Ao longo do processo de crescimento da cidade de Sousa, o Rio do Peixe passou a ser agredido através das construções residenciais, casas comerciais e indústrias às margens do rio e, não só em seu entorno, mas também dentro do próprio leito, ocasionando com isso, o seu assoreamento, aterramento e soterramento. Essas construções ainda se somam as precárias condições sanitárias, sendo mais um agente de degradação do rio. Significa dizer que um fluxo altíssimo de esgotos, mais o lançamento de amontoados de lixos e de entulhos, vem contribuindo num processo bem acelerado para o encerramento do curso das águas do Rio do Peixe na cidade de Sousa-PB, haja vista que uma parte dos esgotos acabam sendo lançados diretamente no leito do rio, sem que haja, quaisquer tratamento destes lixos antes de chegarem às águas.

Cabe ressaltar que, por ser um rio intermitente, os agravos neste ciclo de poluição são ainda maiores, haja vista que, por ocasião do período não chuvoso, o rio acaba sendo transformado em depósito de resíduos sólidos, cujos descartes ocorrem exatamente às margens do rio, e, estes por vez, vão se amontinando, acumulando e se sedimentando – conforme se ver na figura 9 -, tendo como consequência a contaminação do solo e do lençol freático, .

Nesse processo de crescimento demográfico e populacional, que é natural e inevitável, mudanças nos aspectos estruturais da cidade de Sousa foram acontecendo e, conseqüentemente, tornou-se imprescindível buscar novos espaços físicos para suprir as demandas humanas e suas necessidades para sobrevivência, como é o caso da construção de novas casas, ampliação do comércio e indústria – tudo num acentuado e acelerado processo de crescimento -, ocupando todos os espaços não ocupados, e mesmo aqueles que não deveriam ser, como é o caso do leito do Rio do Peixe, conforme pode-se vislumbrar na figura abaixo



Figura 11 Casas construídas às margens do Rio do Peixe – Sousa-PB
Fonte: CARVALHO (2015)

As desigualdades sociais, principalmente as que dizem respeito ao poder aquisitivo, acaba fazendo com que muitas pessoas que não possuem moradias próprias, não possuem um salário digno para sua sobrevivência, aliam-se ao desordenado crescimento urbano e, como consequência, surge essa busca por espaços para construções e, muitas acabam construindo irregularmente dentro do próprio rio, acarretando severos problemas ambientais, bem como para aqueles que constroem e a cidade de um modo em geral.

Estas construções irregulares, às margens e dentro do rio proporcionam um aumento na produção de lixo e, este por sua vez, em razão da inoperância das políticas públicas, acabam sendo lançados dentro do próprio rio, poluindo suas águas e também provocando enchentes quando dos períodos chuvosos, tendo em vista que, devido a esse acúmulo de lixo, ao processo de sedimentação o Rio do Peixe está menos profundo do que anos atrás.

Portanto, quando o amontoado de lixo jogados no entorno e dentro do Rio do Peixe, associado a altos índices pluviométricos ou a chuvas de forte intensidade geram enchentes, como as registradas no ano de 2008, aonde muitos bairros localizados nas proximidades do citado rio foram duramente alagados, conforme pode-se observar na figura abaixo.



Figura 12 Bairros alagados devido as fortes chuvas no ano de 2008– Sousa-PB
Fonte: CARVALHO (2015)

Vários outros fatores tem ocasionado a degradação do Rio do Peixe no município de Sousa-PB, como é possível destacar no desmatamento da mata ciliar que margeia as nascentes e cursos de água e são imperativas para que ocorra a conservação ambiental, principalmente por ser responsável pela manutenção das fontes de água e da biodiversidade, contribuindo com o controle da erosão, a redução dos efeitos de enchentes, manutenção da quantidade e qualidade das águas e filtragem de resíduos de produtos químicos, contribuindo assim para a manutenção da biodiversidade da flora e fauna local.

Evidencia-se pela figura 13 a forte incidência do desmatamento da vegetação do entorno do leito do Rio do Peixe, principalmente para o desenvolvimento de atividade de caráter agrícola, em virtude das suas férteis terras, o que favorece à criação de caprinos, suínos e bovinos e também para edificações.



Figura 13. Desmatamentos no entorno do Rio do Peixe – Sousa-PB
Fonte: CARVALHO (2015)

Todavia, também é possível observar que, às margens do Rio do Peixe existem fábricas, currais e indústrias, como é o caso da Indústria de laticínios, de renomado conhecimento, a Isis, como se ver na figura 14. Cabe ressaltar que, como já mencionado anteriormente, estas construções existem tanto no entorno quanto dentro do próprio rio, aumentando ainda mais o processo de degradação.



Figura 14. Indústria de laticínio ISIS próxima ao Rio do Peixe- Sousa –PB.
Fonte: Google Earth, 2023

Algumas dessas indústrias garantem que existem em seus estabelecimentos programas de preservação ambiental e que evitam que suas atividades agridam o meio ambiente. Mas, assinala-se aqui, a necessidade de maior conservação das áreas próximas dos rios. Pois, mesmo que haja programas de preservação ambiental a simples construção de casas e indústrias nesses espaços já representam uma forma de agressão ao rio. Falta assim fiscalização e melhor gestão por parte dos órgãos competentes.

De acordo com Sousa (2013, p.147), os problemas são: Problemas de ordem política da organização do solo urbano, de regulamentação do uso e impactos dos resíduos sólidos (lixo), desmatamentos da mata ciliar, extrativismo mineral (areia e argila) sem controle para o uso na construção civil; ocupação desordenada no leito menor, maior e excepcional do rio, impermeabilização das ruas por asfalto.

Abaixo, seguem outras imagens (mais recentes) que foram feitas, via celular, e corroboram com o que o autor coloca acerca das questões inerentes aos impactos nos recursos hídricos que são ocasionados por situações diversas. No caso destas imagens, as mesmas retratam como o Rio do Peixe, bacia localizada no município de Sousa-PB, se encontra nos dias de hoje. As fotos foram feitas no mês de março do ano vigente.

Nas imagens pode-se observar estradas, praças, vias, dentre outras construções que culminaram com o estreitamento, aterramento, assoreamento, canalização, desmatamentos, amontados de lixo, etc sobre o rio e seu entorno.



Figura 15. Rio do Peixe aterrado. Estrada que vai do bairro Lagoa dos Padres para o Loteamento Nova Sousa.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 16. Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 17. Estrada construída sobre o rio que foi canalizado.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 18. Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 19. Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 20. Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 21. Praça que foi construída sobre o rio que foi canalizado.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 22. Estrada que foi construída sobre e os canais abaixo da estrada para o escoamento da água.
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024



Figura 23. Estrada e passagem molhada que foi construída sobre o rio
Fonte: Imagens feitas pelo autor via celular, Sousa-PB, março/2024

As imagens 15 a 23 também de nossa autoria apresentam o cenário atual do Rio do Peixe, aonde é possível perceber o aterramento, assoreamento e construções, corroborando o

fato de que ao longo do seu processo histórico, muitas foram as transformações e as ações humanas que atuaram e ainda atuam neste que, outrora, foi um importante manancial para a formação e início do desenvolvimento urbano, social e econômico do município de Sousa-PB. Assim sendo, buscamos ao longo desse estudo e através desse capítulo, em especial, demonstrar alguns importantes aspectos inerentes a relação do Rio do Peixe para com o município de Sousa, sob várias perspectivas, dentre as quais podemos citar a relação do rio para com a condição de vida,

A história das cidades, em grande medida, apresenta significativa relação com a história dos rios, que por sua vez, vai muito além. Social, cultural e economicamente, os rios atuam como propulsores para o desenvolvimento das urbes em diversos sentidos, podendo citá-los como fonte primordial de água que, mesmo diante da sua escassez que vem se apresentando gradativamente, por diversos fatores, é fonte de vida para a vida no planeta; tem seu valor para o consumo humano, animal e vegetal; tem seu valor na higiene pessoal; tem seu valor para o desenvolvimento de atividade agropecuárias, artesanais e industriais (ARRUDA, 2012).

As benéficas advindas dos mananciais são inúmeras. Por outro lado, é cada vez mais perceptível e de uma abrangência acentuada, não importante em qual aspecto seja, se tipologicamente ou se em escala espaço-temporal; o fato é que esses impactos ocasionam alterações que afetam drástica e definitivamente a relação existente entre cidade e ambiente (. O intenso crescimento populacional urbano dada a proximidade dos rios e, conseqüentemente, a industrialização e o crescimento comercial geram a necessidade da ocupação, por parte destas demandas, de áreas e mais áreas do território (BAPTISTA; CARDOSO, 2013).

Essa ocupação, por vezes, acontecendo por meio de conflitos entre interessados, como é o caso dos colonizadores e dos nativos, sendo que um grupo já habitava o território (no caso dos nativos) enquanto o outro grupo, os que desejavam se apoderar das terras em virtude das suas riquezas, dentre estas, o alto volume de água (os rios) (SARAIVA, 2017). O fato é que esse processo de crescimento urbano não vem acompanhado de um planejamento preservacionista ou de conservação dos recursos naturais, do meio ambiente; muito pelo contrário, muitos aconteceram sem adequada infraestrutura, sem saneamento, além da carga forte de poluentes que são jogados nos rios pelas indústrias implantadas nas cidades, o que provoca um drástico agravamento das condições de salubridade das cidades e dos seus rios.

Na contemporaneidade, tanto os rios quanto as frentes ribeirinhas no contexto urbano são compreendidos como elementos fundamentais na promoção da qualidade de vida urbana, e numa visão mais ampla, da sustentabilidade ambiental. Estes rios e as frentes ribeirinhas tem a sua história agregada não só aos benefícios que trazem para o campo, uma vez que, os centros

urbanos também necessitam de igual modo destes mananciais para a sobrevivências das urbes, e também colaboram para o equilíbrio ambiental em vários aspectos (BAPTISTA; CARDOSO, 2013). Esta interação dos rios e frentes ribeirinhas responde, de maneira concisa, a um período conjuntural de adaptações recíprocas que constitui um dos ciclos desse processo que, de forma analítica, pode ser sistematizada ao longo da história.

Inúmeros autores têm buscado sistematizar as relações e as adaptações mútuas entre cidades e rios evidenciando, essencialmente, que essa dualidade registra-se ao longo da história sendo marcado por mudanças cíclicas, ocorrendo por um lado decadência e degradação e, por outro lado, revalorização e revitalização. Não se pode negar que os rios, ao longo do processo histórico, abarcaram distintas funções sociais e significados culturais (COSTA, 2017).

A relação entre os rios e as suas cidades parece, portanto, obedecer a um ritmo que ainda que em diferentes temporalidades se exprime indiferenciadamente pelos territórios urbanos. Importa, no entanto, conhecer os contextos territoriais e temporais específicos em que as cidades e os seus rios se entrecem nesta complexa e dinâmica teia de relações. No caso do território brasileiro, é importante ressaltar que não se pode entender a formação da sociedade nacional, em sua grande diversidade, sem levar em conta o espaço continental onde o país foi construído, marcado por enormes e complexas redes fluviais. A vida social aqui existente, em sua variedade geográfica, econômica e cultural, interagiu de maneira acentuada com esse movimento incessante das águas, seja em termos de mobilidade, de processos de territorialização, de práticas culturais ou de dinâmicas de exploração econômica.

Os rios também estiveram muito presentes nos conflitos armados e nas disputas por domínio político regional, assim como na própria construção objetiva do Estado nacional e de suas instituições. Amazonas, São Francisco, Paraná e Tietê, entre tantos outros rios, tornaram-se ícones no imaginário do Brasil. A interação com os rios, que já era essencial para as sociedades indígenas, transformou-se em aspecto inescapável da vida concreta das sociedades na América portuguesa e no Brasil enquanto país, inclusive nos seus espaços litorâneos,

Sob esta ótica, os rios constituem uma importante página na formação da história das cidades, a partir dos quais se desenvolveram grandes civilizações, e com as quais constituíram formas de cultura e criação de paisagens autênticas e restritas à morfologia de cada região. As variáveis das condicionantes morfológicas sejam elas naturais ou humanas moldaram através do tempo o *geni'us loci*, ou seja, a alma do lugar. As características e expressões de dada comunidade e o reconhecimento de hábitos e expressões de comportamento assumem o papel de características identitárias, possibilitando assim o reconhecimento das relações singulares entre os meios nos quais se inserem (SILVA et al., 2019).

Neste contexto de abordagem de Silva, o rio se revela como elemento possibilitador, fomentador e estruturante, cabendo a ele reger indiretamente o regime de progressão e expansão das malhas urbanas e o surgimento de suas peculiaridades sociais. Essa relação entre rio e cidade fomenta o desenvolvimento e surgimento de acepções culturais locais, sejam elas religiosas comemorativas ou fenômenos naturais e suas derivações, as quais se adéquam às ofertas do rio e valores de memória. Como dito pela poetisa Julieta Pordeus (1965), “... o Rio do Peixe deu a luz ao Sorriso”, frase que expressa simbolicamente a relação de origem e pertencimento da cidade acondicionada às relações com o rio. Há ainda, no livro de Julieta Pordeus referência aos repentes do violeiro Chico Sousa que relatados pela oralidade dos mais antigos habitantes da localidade, fazem memória à vida do rio dizendo: “... que o peixe do Rio do Peixe, vire peixe apenas da forma de viver...”.

Segundo Silva essas formas de expressão que se respaldam em ícones da cultura local, remontam num passado recente as relações dos habitantes com os rios, de como ele se comportava e interferia positivamente no cotidiano da vida social, e o quanto ele se fazia presente nas acepções culturais locais, referências que revelam através dos recônditos da memória (SILVA et al., 2019).

No Rio do Peixe residem aspectos que a população reconhece como elementos próprios da sua história, da apropriação do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. Sob essa ótica, Le Goff (2010) destaca que a "identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva"; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a "preservar e divulgar os seus bens culturais" dá-se início ao processo denominado pelo autor como a "construção do ethos cultural e de sua cidadania". Para Ferraz (2011), que remonta por meio de registros fotográficos, publicados na obra "Além do Rio", não apenas a um passado atrelado ao patrimônio material edificado, mas sim, a uma historicidade quase perdida pela negação da modernidade. O autor expõe um panorama fotográfico da cidade de Sousa no início do século XX, relatando de forma direta as influências do Rio do Peixe sobre o desenvolvimento e expansões da malha urbana, uma urbe ainda caracterizada pelo seu grande e largo traçado, com vistas a comportar a cultura da criação de gado.

O atual panorama do Rio do Peixe, como já mostrado nas imagens anteriores, não se diferencia de outros exemplos de rios fundantes de cidades brasileiras, e no mundo. A exemplo do Rio Tietê em São Paulo, que sofre pela retificação e canalização do seu curso, ou do Rio Sanhauá em João Pessoa, que é acometido dos efeitos mais severos da urbanização, ambos compartilham do descaso e da negação, poluídos e sujeitos “agonizam silenciosamente e passivos

às agressões do homem, por não os reconhecerem como elementos de cultura e paisagem” (SILVA et al., 2019).

Neste sentido conforme estudos e fotografias sobre os rios e especificamente os estudos e essa pesquisa que abordaram a história do Rio do Peixe na formação do município de Sousa PB destacou-se que o Rio do Peixe foi importante para formação e que serviu como fonte de vida e crescimento social, que logo depois da municipalização da cidade tornou-se lugar de depósito de lixo quando as suas margens foram ocupadas pela especulação imobiliária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Um dos fatores que proporcionaram e ainda proporcionam invariáveis valores aos territórios é a existência das águas que possibilitam variadas e também cumulativas vantagens para os seus exploradores. Desta feita, pode-se perceber ao longo do estudo que as frentes de água constituíram invariavelmente territórios atrativos à fixação das populações. Esta condição se perdurou por muito tempo em sua história, demonstrando de forma bem clara uma relação de dependência relativa à proximidade e usufruto de cursos da água, assente na necessidade de adaptação às suas características e de proteção de um recurso essencial à vida e ao desenvolvimento das cidades.

Não obstante, à formação de muitas cidades partiram da existência de mananciais nas suas proximidades. Contudo, no caso em estudo, fez-se necessário refazer uma construção histórica frente ao processo de colonização do território brasileiro, enfatizando com isso que muitos embates foram travados entre colonizadores e habitantes das terras, no caso dos nativos, que já estavam instalados nestas áreas, mas que foram em grande parte exterminados e outros dominados e, com isso, as terras foram colonizadas e aos poucos povoadas.

E essa foi uma parte do processo que foi o prenúncio da formação de muitas cidades brasileiras. Todavia, necessário se fez o processo de desenvolvimento que, tem como apice as riquezas a serem exploradas nos territórios, dentre estas a presença de mananciais. Porém, cabe ressaltar que não só os rios condicionaram a gênese e desenvolvimento das cidades, mas foram preponderantes para o processo de industrialização.

As condições ambientais das cidades estão num contínuo estado de transformação, acompanhando as mudanças sociais e econômicas das próprias cidades. Os impactos ambientais dos processos de urbanização transformam-se ao longo do tempo quer em tipologia, evoluindo de impactos diretos na saúde para impactos mais abrangentes nos serviços dos ecossistemas, quer em escala temporal, com impactos de período temporal cada vez mais alargado, quer ainda em escala espacial, evoluindo de impactos localizados para escalas cada vez mais abrangentes.

É durante o processo de industrialização, substanciado num conjunto complexo de casualidades recíprocas que envolve transformações econômicas, institucionais, infraestruturais, sociais e demográficas, que se dá a transição mais drástica nas condições ambientais nas cidades.

O Rio do Peixe que outrora foi apresentado como elemento base à criação e desenvolvimento da cidade de Sousa é visto hoje como fonte de disseminação de doenças e outras enfermidades, resultado da negligência do não reconhecimento como elemento de paisagem, e patrimônio cultural e natural. Historicamente ocupou um lugar de centralidade e importância fundamental para o desenvolvimento do povoado que daria origem à cidade.

Foi também fundante para o desenvolvimento socioeconômico de Sousa e balizou a cultura do gado, impulsionando a forte vocação comercial da região. E foi gradativamente colocado em segundo plano ao longo de sua História pelos governantes, mesmo que a cidade tenha cada vez mais se urbanizado e se colocado como pólo urbano de grande importância no Sertão Paraibano.

Após longas décadas de abandono político que imprimiram profundas e por vezes inultrapassáveis marcas territoriais, os rios urbanos são crescentemente vistos como espaços de oportunidade ambiental, econômica, social, recreativa, cultural e identitária. Sobrepõem-se perspectivas de requalificação tendencialmente dicotômicas, umas enraizadas numa tradição puramente ambiental e ecológica que privilegia a qualidade da água e a restituição das continuidades ecológicas das margens esquecendo o seu contexto urbano, outras enraizadas numa tradição urbanística que impõe continuidades no tecido urbano esquecendo as primordiais funções ambientais e ecológicas dos rios e suas margens.

Importa pois, que a redescoberta dos rios na cidade se enraíze num modo de olhar e intervir na cidade que expresse a sua materialidade não só como elementos naturais ímpares, não só como elementos assimilados pelos processos de urbanização, não só como reservatório de sociabilidades, memória coletiva e de identidade, mas sobretudo como elementos de oportunidade para a interconexão de todas estas potencialidades.

É, portanto, possível concluir que o desafio a ser enfrentado configura-se a partir da compreensão da importância perdida do Rio do Peixe como patrimônio cultural de Sousa e forte elemento de fortalecimento e reafirmação da cultura, da memória local e da vida. Ou seja, mesmo diante de toda essa degradação, dessa marginalização, dos descasos e abandonos perceptíveis no Rio do Peixe, é importante que os gestores locais busquem soluções mitigadoras para os problemas, encontrem os caminhos de compatibilização da vida do rio com a vida da cidade e seu notável desenvolvimento, e desta compreensão, que só advirá quando se tiver uma visão ampla do patrimônio cultural como imbricação de cultura e natureza, rio e cidade, poderá ser reconstituído.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ANDRADE, T. M. de; ALMEIDA, A. C. de. **O Brasil indígena: um contexto amplo e diversificado: volume único**, João Pessoa/PB, Editora Grafset, 2011.
- BAPTISTA, M.; CARDOSO, A.. "Rios e cidades: uma longa e sinuosa história..." **In Rev. UFMG**. Belo Horizonte, 2013, v. 20, n. 2, p. 124–153
- BARCELLOS, L. **Memoria Tabajara: manifestação de Fé e Identidade Étnica**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. 231p.
- BELTRÃO, B. A. *et al.* **Serviço Geológico do Brasil**. Diagnóstico do município de Sousa, estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2015.
- BURKE, P. (org.). **A Escrita a história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica)
- CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**.; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. 3 ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro. Focense Universitária, 2011.
- CÓRDOBA, V. C.; ANTUNES, A. F.; JARDIM DE SÁ, E. F., NUNES DA SILVA, A.; SOUSA, D. C.; LINS, F. A. P. L. Análise estratigráfica e estrutural da Bacia do Rio do Peixe Nordeste do Brasil: integração de dados a partir do levantamento sísmico pioneiro 0295_rio_do_peixe_2d. **Boletim de Geociências da Petrobras**, 16 (1): 53-68. 2017.
- COSTA, L.M.S.A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2017.
- DOS SANTOS, H. G. *et al.* **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 5 ed. Brasília, DF: Embrapa, 2018, 356 p.
- FERRAZ, A. **Além do Rio: uma fotografia da paisagem urbana de Sousa - Paraíba**. 2 ed., Sousa: AGT Produções, 2011
- FRANÇOLIN, J. B.; COBBOLD, P. R.; SZATMARI, P. Faulting in early Cretaceous Rio do Peixe basin (NE Brazil) and its significance for the of the Atlantic opening. **J. Struc. Geol.**, 16(5): 647-661, 1994.
- GADELHA, J. P. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa, A União: 1981.
- GUEDES, P. H. M. de Q. A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730). In: **Revista OKARA: Geografia em debate**. Vol. 1, n. 01, João Pessoa, 2016, p. 128-130.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, R. C. **Guerra e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba – 1585 -1630**. Bauru, São Paulo, Edusc, 2007

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE – Divisão Territorial, 2016.

LE GOFF, J. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010. p.139 e 138, respectivamente.

LOPES, A. F. F.; SOUZA, D. J. de.; PEREIRA, J. B. M. A Paraíba pré-colonial: os proto-índios. Revista do laboratório de arqueologia e paleontologia da UEPB - Revista Tarairiú, campina grande - pb, vol.1 - número 21 – janeiro / junho 2023.

MACHADO, M. L. Em defesa da ordem e da civilização: o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado. In. **Revista COPEX/FIP**, Patos, 2007.

MARQUES, D. da S.; MENDONÇA FILHO, J. G. Fácies orgânica de uma seção sedimentar cretácica da bacia de Sousa, PB. **Contexto Geológico**. São Paulo, UNESP, Geociências, v.25, n.1, p. 91-9, 2018.

MARTIN, G. Pré-história do nordeste do Brasil. 5. ed. Recife: Universitária da UFPE, 2013

MASCARENHAS et al. (ORG). **Serviço Geológico do Brasil**. Diagnóstico do Município de Sousa, Estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2015.

MEDEIROS, M. do C. Relação de trabalho: a mão de obra indígena na Paraíba (Período colonial). In: **Revista Ciência Histórica**, Ed. Especial, no. 3, 1990.

MELLO, J. O. de A. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 6 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2005.

MENDONÇA FILHO, J. G.; CARVALHO, I. S. & AZEVEDO D. A. **Aspectos Geoquímicos do óleo da Bacia de Sousa (Cretáceo Inferior), Nordeste do Brasil: Contexto Geológico**. São Paulo, UNESP, Geociências, v.25, n.1, p. 91-98, 2016.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. In: MINAYO, M. C. de S. **Revista Pesquisa Qualitativa**. Research Gate. São Paulo. V.5, n. 7. p. 01-12. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PINTO, N. G. M. (et al.). **A degradação ambiental no Brasil: Uma análise das evidências empíricas**. 1º seminário de jovens pesquisadores em economia e desenvolvimento. 2018.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://formacademicospe.wordpress.com/2017/03/27/6-livros-de-metodologia-para-download/>. Acesso em: 16 dez 2023.

RAPOZO, B. F.; CÓRDOBA, V. C.; ANTUNES, A. F. **Tectono-stratigraphic evolution of a cretaceous intracontinental rift: Example from Rio do Peixe Basin, north-eastern Brazil**. *Marine and Petroleum Geology*, vol. 126, n 1, 1-27, 2021.

RAPOSA, T. A.; ÁRAÚJO, R. N. **Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local**. *Epígrafe*, São Paulo, v.4, n.4, pp. 149-166, 2017.

SALVADOR, F. V. do. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARAIVA, M. da G. **Cidades e rios: perspectivas para uma relação sustentável**. Lisboa, Parque Expo, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, C. de S.; LIMA, D. M. N.; ARAÚJO, M. do N. Rios Urbanos: novos paradigmas à associação de valores culturais e ambientais. **INTESA-Informativo Técnico do Semiárido** (Pombal-PB), v. 13, n. 01, p. 46-52, jan - jun, 2019.

SILVA, A. N. **Arquitetura, Litofáceis e Evolução Tectonoestratigráfica da Bacia do Rio do Peixe, Nordeste do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-graduação em Geodinâmica e Geofísica. 2019.

SILVEIRA, R. M. G. et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2009.

SOUSA, A. R. de. **Análise das inundações a partir de atributos hidro- climatológicos e ambientais na bacia hidrográfica do Rio do Peixe- PB**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

VASCONCELOS, D. L.; MARQUES, F. O.; NOGUEIRA, F. C. C.; PEREZ, Y. A. R.; BEZERRA, F. H. R.; STOHLER, R. C.; SOUZA, J.A.B. **Tectonic inversion assessed by integration of geological and geophysical data: the intracontinental Rio do Peixe Basin, NE Brazil**. *Basin Research*, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 6 ed. Porto Alegre (RS): Bookman; 2015.